Fundação João Mangabeira

Criada em 1990, a Fundação João Mangabeira (FJM) tem como meta colocar, na agenda política nacional, a discus'ão sobre o socialismo no Brasil, independentemente de sua filiação partidária, para esse debate.

Para atingir sua meta, a Fundação João Mangabeira realiza e apóia a realização de ciclos de estudos, cursos, simpósios, conferências e seminários.

Além disso, patrocina a realização de pesquisas e estudos de cunho econômico, social, cultural e político. E ainda pública livros e/ou cartilhas que possam contribuir para a formação política do cidadão.

A FJM foi instituída pelo Partido Socialista Brasileiro e assessora o PSB no exercício de suas funções permanentes.

O nome escolhido para a Fundação de estudos do PSB homenageia João Mangabeira, primeiro presidente do Partido.

A Fundação João Mangabeira é uma entidade sem fins lucrativos, com sede em Brasília. Seus órgãos de direção são o Conselho Curador, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.

Fundação João Mangabeira

SCLN 304 ·Bloco A · entrada 63
CEP 70736-510 · Brasília-DF
Telefone: (61) 3326-1993
fjm@yawl.com.br

SEMINÁRIO GESTÃO INTEGRADA DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

SEMINÁRIO
GESTÃO INTEGRADA DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA



Fundação João Mangabeira

SEMINÁRIO
GESTÃO INTEGRADA DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

❖

27 de abril de 2006

Recife/PE

Brasília, 2006

Fundação João Mangabeira

SCLN 304 ·Bloco A · entrada 63
CEP 70736-510 · Brasília-DF
Telefone: (61) 3326-1993
fjm@yawl.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Diretor Geral: *Carlos Siqueira*
Diretora Administrativa: *Carmen Soriano Puig*
Diretor de Assessoria: *Marcos Rezende Villaça Nunes*
Diretor de Cursos: *José Carlos Sabóia*
Diretor Financeiro: *Renato Xavier Thiebaut*

CONSELHO CURADOR
Membros natos
Deputado Eduardo Henrique Accioly Campos
Carlos Siqueira

Membros eleitos pelo Diretório Nacional do PSB
Deputada Luiza Erundina de Sousa
Roberto Átila Amaral Vieira
Prefeito Serafim Fernandes Corrêa
Kátia Born Ribeiro
Mari Elisabeth Trindade Machado
Antonio César Russi Callegari

Membros eleitos pelo Conselho Curador
Jaime Wallwitz Cardoso
Dalvino Trocolli França
James Lewis Gorman Jr.
Alexandre Aguiar Cardoso
Ministro Sérgio Machado Resende
Adilson Gomes da Silva
Álvaro Cabral
Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz
Silvânia Medeiros

Suplentes
Paulo Blanco Barroso
Elaine Breintenbach
Paulo Bracarense
Joe Carlo Viana Valle
Manoel Antônio Vieira Alexandre

CONSELHO FISCAL
Cacilda de Oliveira Chequer
Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha
Antônio Marlos Ferreira Duarte

Suplentes
Marcos José Mota Cerqueira
Dalton Rosa Freitas

Ficha catalográfica

S454 Seminário Gestão Integrada de Políticas de Segurança Pública (Recife/PE). Brasília : Fundação João Mangabeira, 2006

Anais do Seminário realizado em Recife, PE, em 27 de abril de 2006

166 p.; 22 cm.

1. Congressos. 2. Segurança Pública. 3. Serviços de Polícia. Capacitação. I. I. Fundação João Mangabeira. II Título.

CDU 363.2
363.3

SEMINÁRIO
GESTÃO INTEGRADA DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

❖

Sumário

Abertura.....7

Mesa I.....19

TEMA: GESTÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA
PÚBLICA ADOTADA PELO GOVERNO FEDERAL
LUIZ FERNANDO CORRÊA
Secretário Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça

TEMA: MODELO DE GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
NO ESTADO DE MINAS GERAIS
LUÍS FLÁVIO SAPORI
Secretário-Adjunto de Defesa Social de Minas Gerais

Intervenções do Plenário.....55

Mesa II.....69

TEMA: DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA.
DIFERENÇAS DE ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA
RONIDALVA DE ANDRADE MELO
Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco/PE

TEMA: OS PROFISSIONAIS NÃO SE IMPROVISAM –
A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL COMO FERRAMENTA
ESSENCIAL DE UM POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CEL. UBIRATAN DE OLIVEIRA ÂNGELO
Diretor de Ensino e Instrução da PMRJ/RJ

Intervenções do Plenário.....95

Mesa III 105
TEMA: SEGURANÇA PÚBLICA. TENDÊNCIAS E DESAFIOS
MARCELO BARROS CORREIA
Presidente da ONG Delegados pela Cidadania/PE

TEMA: A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA SEGURANÇA PÚBLICA
MARIANA MONTORO
Instituto Sou da Paz/SP

TEMA: JUVENTUDE E VIOLÊNCIA
JULIO JACOBO
Consultor da UNESCO

Anexo I – Transparências SUPS 137
Anexo II – Presenças registradas 147
Anexo III – Programação 151

APRESENTAÇÃO

Esta publicação objetiva pôr à disposição de amplos setores políticos e sociais o conjunto de opiniões e propostas apresentadas no seminário Gestão Integrada de Políticas de Segurança Pública, promovido pela Fundação João Mangabeira, em Recife/PE, no dia 27 de abril último. Realizado no auditório da Fundação Joaquim Nabuco, o evento reuniu um seleto público de pessoas e instituições interessadas neste que é um problema que a todos aflige indistintamente. Como é de todos sabido, nenhum tema, hoje, é mais urgente que o da violência e da Segurança Pública, aqui analisado em seus aspectos mais importantes, incorporando simultaneamente o apontar saídas para o seu enfrentamento e a sua solução.

A Fundação João Mangabeira não poderia se furtar de examinar, de forma ampla e apartidária, essa questão que necessita de aprofundamento de visões que provoquem reflexões na sociedade civil e nas organizações governamentais, e uma inevitável discussão com a fundamental participação dos cidadãos, das comunidades e dos movimentos sociais.

Na organização da metodologia do seminário, houve a preocupação de se socializar visões, análises e experiências de pessoas que pudessem contribuir com seus relatos para fortalecer o movimento de opinião convergente em torno de soluções a curto, a médio e a longo prazos para uma das necessidades mais emergentes dos brasileiros, respeitando suas condições econômicas, sociais e até mesmo geográficas.

Dividido em três mesas, o seminário apresentou sete temas que se entrelaçaram e nos proporcionaram um mosaico da (1) situação da gestão de segurança pública em nível federal e no estado de Minas Gerais, como uma experiência governamental exitosa; (2) as diferenças, nuances e sutilezas da defesa social e segurança pública, além da (3) abordagem profunda da necessidade de capacitação dos policiais e da sociedade para o enfrentamento da violência no dia-a-dia. De fundamental importância foi a participação das organizações civis trazendo suas experiências e dados de pesquisa sobre as iniciativas positivas oriundas das próprias comunidades cuja atenção precisa ser diferenciada para que se possa estancar a escalada da violência que a sociedade moderna cria, a partir de suas contradições, e não consegue controlar.

Os textos aqui reunidos foram editados a partir da transcrição de fitas, nem sempre com boa qualidade sonora. Para transformar as palestras, muitas vezes em tons especiais dados pela emoção, foram necessários ajustes da linguagem verbal para a escrita. Ainda assim, talvez os leitores possam sentir o quanto os palestrantes estavam envolvidos com a responsabilidade de passar a todos e a todas presentes seus acertos e seus erros advindos de longos anos de estudos e convivência com o assunto.

Boa leitura,

Carlos Siqueira
Diretor Geral da Fundação João Mangabeira

MESA DE ABERTURA

Dr. TELGA DE ARAÚJO FILHO
Representante da Fundação João Mangabeira

Deputado Federal EDUARDO CAMPOS
Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro

Dr. LUIS FERNANDO CORRÊA
Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça

Deputado Estadual SOLDADO MOISES
Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco

Vereador JOÃO ARRAES
Representante da Câmara de Vereadores de Recife

Dra. MARIA LUCILA BEZERRA
Assessora Institucional da Fundação Joaquim Nabuco

Saudações

TELGA DE ARAÚJO FILHO – Queria agradecer a presença de todos, cumprimentar as senhoras e senhores aqui presentes, dizer da enorme satisfação da Fundação João Mangabeira em realizar este seminário em conjunto com a Fundação Joaquim Nabuco, à qual também faço meus agradecimentos pelo apoio que nos tem dado na execução de alguns trabalhos. A Fundação João Mangabeira é um instituto de estudos político, social e econômico, além de outras atividades, que busca discutir os temas que mais provocam a sociedade, como as questões de saúde, educação. Nesse momento, traz a discussão sobre a violência, a segurança que é de fundamental importância; trouxemos aqui, hoje, o quê de melhor há no Brasil nessa área: experiências exitosas da Polícia Militar do Rio de Janeiro; capacitação dos profissionais do Estado de Minas Gerais; e tantas outras experiências em todo o Brasil. Igualmente importante é a presença das ONGs, demonstrando de forma clara que a Fundação está provocando uma discussão com a sociedade de maneira geral. É uma discussão apartidária, com a presença de pessoas que não são do Partido Socialista Brasileiro, mas é bom que fique claro que a discussão é ampla para que encontremos caminhos para resolver esta questão que nos aflige diariamente. Distingo dois tipos de violência, aquela violência que volta como um bumerangue em cima da sociedade, provocada pela violência que ela própria gera em relação a determinadas camadas sociais, uma violência diuturna e difusa, que não se percebe claramente, mas é provocada normalmente por uma pessoa em relação a essas camadas da população. A outra é aquela que os senhores tão bem conhecem das organizações criminosas que se conectam, que trocam informações e que agem também, com freqüência, na sociedade. E para se contrapor a isso entendemos ser necessária uma conexão entre todo o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo

governo federal e pelos governos estaduais e municipais. Por isso, constam do seminário experiências nos âmbitos estadual, federal e municipal.

Queria fazer um destaque em relação à questão das mulheres cuja violência tem sido terrível; até anteontem, o número era de 116 mulheres mortas. Provavelmente, esse número foi acrescido ontem e hoje. Essa é uma questão particular da sociedade, um aspecto particular, mas temos que dar uma relevância especial a isso. A outra questão é a da juventude; a violência e a morte de adolescentes que hoje é enorme, não tenho os dados, mas entendemos que precisa ser trabalhada de forma específica.

Encerrando, gostaria de dizer que a Fundação pretende discutir outros temas que também se relacionam com o da violência, a questão da educação, por exemplo, que é um elemento fundamental para encerrar ou, pelo menos, diminuir esse ciclo de violência no qual vivemos hoje. A distribuição de renda e a saúde também são discussões óbvias.

Agradeço a presença de todos, agradeço o apoio que tivemos do coronel Humberto Viana, um baluarte nesse trabalho; o apoio do dr. Milton Coelho, como presidente do PSB estadual; do deputado federal Eduardo Campos, presidente do PSB nacional; e das pessoas que trabalharam na organização desse seminário; agradeço a Fundação Joaquim Nabuco, pelo espaço e apoio, e desejo a todos um bom trabalho com resultados interessantes para que possamos ter elementos para buscar a diminuição dessa violência que se instalou na sociedade. Muito obrigado.

DEPUTADO FEDERAL EDUARDO CAMPOS – Bom-dia a todos e a todas aqui presentes. Meus cumprimentos ao dr. Luis Fernando Corrêa, Secretário Nacional de Segurança Pública, a quem de pronto também afirmamos o nosso respeito por seu trabalho; ao deputado Soldado Moises, aqui na Mesa representando a Assembléia Legislativa do Estado; vereador João Arraes, que também representa a Câmara junto com o vereador Gilvan Cavalcanti, aqui também presente; ao dr. Telga Araújo, representando nesse ato o presidente da nossa Fundação João

Mangabeira, Jairo Cardoso; à dra. Lucila Bezerra, representando o presidente da Fundação Joaquim Nabuco, Fernando Lyra; a todos os companheiros aqui presentes, profissionais da área de segurança pública, de polícia, pesquisadores, cientistas sociais, militantes do movimento social envolvidos com as preocupações da sociedade, ex-dirigentes das diversas instituições de segurança pública do nosso Estado, militantes da luta do nosso povo de Pernambuco; à sra. representante, também, do secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco.

Primeiro queria dizer da satisfação em poder contar com a participação de tão ilustres presenças neste auditório, dos debatedores que vão se esforçar para discutir um tema tão caro à sociedade brasileira, e que deve ser tratado com muita responsabilidade. Temos um grande desafio no país, além do desafio da construção da nação brasileira, de desenvolver essa nação, de integrar o nosso povo no processo de desenvolvimento efetivo, de integrar o nosso território e reduzir as desigualdades existentes entre as pessoas e as regiões; nos foi legado o fruto, também, de todo um processo de freios sobre o desenvolvimento do país, uma grande diversidade social gerada ao longo de anos em que o Brasil cresceu menos do que precisava crescer. Nosso país, que de 1880 a 1980 foi uma das três nações que mais cresceu no mundo, vive cerca de 30 anos de pequenos vôos de crescimento de um ou dois anos, e freios que terminaram por nos negar uma quebra da vocação, que sempre foi a de um largo crescimento, da constituição de uma grande nação.

Entre tantos outros problemas que esse modelo nos legou ao longo dos 30 anos que nosso país não cresceu, a nossa população duplicou, o que para um país do nosso tamanho não é um problema, tivemos um processo de urbanização acelerado e deixamos de ser um país rural para ser um país essencialmente urbano; e temos hoje, entre tantos outros problemas, um grande desafio de construir uma política de segurança pública que seja nacional, que tenha a integração entre todas as facetas dessa questão, desde as preocupações com as políticas ativas de educação, social, da recomposição da relação do Estado com

setores da sociedade, até um processo efetivo de constituição de um sistema público de segurança que compreenda o Brasil, suas diferenças e a necessidade de uma integração. Outras áreas do serviço público e das políticas públicas já construíram ao longo dos últimos anos a formação de quadros, de uma massa crítica, de um movimento ativo. Foram construindo aos poucos um sistema que efetivamente interage, se fala, se integra, compartilha as dificuldades, e fez com que a população sentisse que houve avanço, como, por exemplo, o sistema público de saúde; não que hoje seja uma beleza o SUS no Brasil, mas devemos reconhecer que avançamos, tanto no que diz respeito à saúde preventiva, como no acesso, sobretudo da população mais pobre aos serviços de saúde, o que não tínhamos no velho modelo da saúde pública.

A disposição da Fundação João Mangabeira, que tenho a honra de presidir, tem a tarefa de fazer esses debates não "no entre muros" das forças que concordam ou que compartilham com o nosso pensamento, mas pelo contrário, é de buscar esse debate com a sociedade de maneira equilibrada. Quero crer que é uma contribuição a mais, a tantas outras, e a tantos que têm militado e dedicado sua vida à causa da segurança pública. E demonstra a responsabilidade com que nós encaramos o desafio da segurança pública. Não se faz segurança pública com discurso nem com propaganda enganosa; se faz segurança pública com trabalho, com agenda, com dever de casa, com esforço compartilhado sociedade e Estado, todos os níveis de Estado, e encarando a necessidade de definição de uma política de Estado; não podemos ter, na segurança pública, uma política que possa ser remendada a cada quatro anos, mas estamos diante de um momento que carece desse nível de razoabilidade entre todos aqueles que têm a função pública, todos aqueles que têm mandatos públicos, de encarar como um desafio de todos nós. A sociedade nos olhará com mais respeito, e com atenção, na medida em que tratarmos esse assunto com equilíbrio, com responsabilidade e com a capacidade de não só aprender com os que teorizam e estudaram, com os que efetivamente aplicam essas teorias no dia-a-dia e se confrontam com a realidade dura que é hoje fazer segurança pública; com aqueles que tiveram experiências exitosas, como as que temos

em Pernambuco, temos fora de Pernambuco, em estados que nós temos a honra de receber aqui alguns de seus representantes. Mas o esforço não é de inventar a roda. Precisamos compartilhar as rodas que inventamos ao longo do nosso esforço de ir construindo, passo a passo, o novo modelo de segurança pública para o Brasil, para os estados da federação.

É exatamente com esse espírito, com essa alegria, que participamos hoje desse encontro, desejando a todos os que nos visitam, que não só participem desse debate, mas que desfrutem da beleza dessa nossa cidade, e do calor do nosso Estado; e que seja feito aqui um bom debate, para que a Fundação possa compartilhar seus resultados com todas as forças vivas da sociedade que estão preocupadas com a estruturação de um sistema público que gere tranqüilidade a todos nós. Muito obrigado pela atenção e um bom debate.

LUIS FERNANDO CORRÊA – Bom-dia a todos. Queria saudar, em nome do deputado, a todos os que compõem a Mesa; em nome da dra. Lucila, a todas as mulheres presentes; a dra. Fátima, da Secretaria, parceira nossa; dr. Sapori, representando Minas Gerais, um grande parceiro nosso, um grande professor, com quem estamos trocando experiências no nosso dia-a-dia; os colegas policiais civis, militares, federais, representantes das Forças Armadas, parlamentares; um abraço especial ao coronel Ubiratan, do Rio de Janeiro, nosso parceiro institucional.

A Secretaria tem o desafio, em resumo pelo menos, de implementar tudo o que o deputado acabou de falar. Imaginem o tamanho do nosso desafio. Mas é o que acaba sendo um estímulo para quem vive e é profissional da área de segurança pública, porque sempre trabalhamos com adversidades; não só adversidade vinda do crime, como principalmente, nesses 26 anos de Polícia Federal a gente percebe o quanto sofremos – e aqui vejo os policiais – colegas da área de segurança que sabem que a falta de uma política também acaba sendo um elemento a mais a dificultar o nosso dia-a-dia, porque o Estado não define bem o que quer, e somos jogados a dar soluções para demanda imediata dos cidadãos. Somos abordados como servidores na ponta,

desafiados no dia-a-dia, hora-a-hora, nas delegacias, nas unidades de polícia, a dar respostas. E isso levou também para muito improviso nessa área. Assim, o desafio se torna estimulante na medida em que não se partiu do nada quando, principalmente, no momento em que assumimos a Secretaria, já com dez meses de atuação do dr. Luis Eduardo Soares, que fez um primeiro trabalho de aproximação com todos os estados, e, principalmente, porque todo trabalho está calcado em cima de uma discussão prévia, de um documento, anterior mesmo à eleição do presidente Lula, em que foi reconhecido por todas as forças como sendo um texto que resumiria a aspiração, quase que consensual em termos de propostas. E nosso desafio então era e continua sendo o de implementar aquilo que estava naquele documento e que foi transformado em programa de governo.

Como são medidas estruturantes, elas não têm a visibilidade de quaisquer outras ações mais concretas. Então, seguidamente, sofremos críticas com a mídia dizendo que nada foi feito, em contraste com o nosso contato com as pessoas que são do setor e as que estão participando do processo. Quando se fala num sistema único de segurança pública, na realidade o que estamos querendo? Integração. Integração de quem? Das três esferas de governo, articulando-se e atuando dentro de uma política, racionalizando os esforços e buscando integração dos agentes envolvidos no processo. Para mexer nessa estrutura, historicamente sempre se optou, a partir da legislação, em mudar por meio da lei. E até por estratégia do ministro da Justiça que tem dito, desde o primeiro momento da sua gestão, que o país não precisa de leis, mas de instituições, de resgatar as instituições. E nessa busca nós adotamos a estratégia de envolver os agentes responsáveis nessa mudança de comportamento, na construção desse modelo; e aqui tenho o testemunho dos colegas policiais estaduais, tanto militares como civis, dos bombeiros também, que são chamados a participar de todas as ações; assim como as secretarias de segurança, para que haja uma efetiva integração.

Mas se conseguirmos avançar satisfatoriamente nesse setor, de nada valerá se não conseguirmos a principal integração que é

um canal confiável entre a cidadania, o cidadão e essa estrutura que se está em busca de reforma; ao mesmo tempo em que se procura fazer as mudanças internas, temos que estabelecer um canal de diálogo com o cidadão, fazendo um esforço de aproximação, porque por mais que se faça na área governamental, se não tiver esse canal de diálogo com o cidadão, vamos ter boas políticas, mas não vamos transmitir sensação de segurança para a sociedade. Se ele fizer parte do processo, acompanhará e se tornará vetor dessa sensação de segurança, que é o que tranqüiliza o cidadão, efetivamente. Então, esse é o desafio de todos nós; e isso passa pela mudança de comportamento dos agentes públicos na área de segurança, porque o nosso comportamento na relação com o cidadão, tem sim, no dia-a-dia, o condão de transferir sensação de segurança, mais que cumprir fria e mecanicamente as missões.

É nesse sentido que vejo um evento como esse, importante, porque são formadores de opinião, pessoas e instituições, como a Fundação, buscando acumular conhecimento, produzir, gerar e difundir conhecimento para que tenhamos, como bem disse o deputado, massa crítica no setor. Quando nosso país sofria com a inflação, esta chegou a ser mais um medo do cidadão, de tanto que estava na sua agenda; o cidadão mais simples sabia o que era inflação, quais eram os danos e os cuidados para preservar, por menor que fosse, a economia dele. Estamos atingindo a auto-suficiência em petróleo, em função de que num dado momento o país teve que tomar uma posição e começou a formar massa crítica, envolver pensamento, desenvolver conhecimento para que hoje desfrutássemos dessa conseqüência. E acho que a segurança pública agora está na agenda do cidadão, e a mobilização do cidadão é que vai imprimir maior ou menor velocidade na implementação de qualquer política pública nessa área. E a perenidade dessa política vai se dar na medida em que haja efetivamente esse envolvimento da sociedade e o comprometimento de cada um dos agentes públicos neste processo. Esse é o desafio e, portanto, trabalhos e esforços como esse, independente de conotação partidária, é que devemos buscar; ao contrário, todos os partidos têm que usar sua capacidade de mobilização, de aglutinação, para exa-

tamente provocar essa discussão, para que esse assunto entre na agenda do cidadão mais simples, e que não tenhamos esse discurso simplista de que o problema no estacionamento de uma universidade ou em qualquer outra questão mais grave, se reduza simplesmente a uma questão policial, quando isso envolve uma série de comportamentos, de pessoas, de instituições, e de envolvimentos; e se reduzirmos à questão policial não vamos chegar a lugar nenhum, vamos fazer uma opção pura e simples pela repressão, que é hoje, no cenário em que estamos, a única política de segurança pública. Ela tem sido crítica, e se agregarmos qualquer outro valor a esse processo, essa mesma repressão acabará por ser elogiada, porque ela vai ter o papel que a ela cabe, como uma parte desse processo, e não ser a responsável pelo todo. Aqui também foi falado, e podemos nos referir ao documentário rumoroso que foi apresentado nos últimos dias, e serviu como alerta, quem sabe colocou na agenda dos cidadãos, que se tem jovens com menos de 15 anos tendo acesso a um fuzil; e a única notícia de Estado que aparece, se lermos o livro, acompanharmos e revisarmos todo o documentário é a polícia, e na visão do jovem, quando a polícia entra reprimindo ele percebe o lado força; e também o lado nefasto da polícia, em eventuais envolvimentos com corrupção, ou envolvendo extorsão, ou favorecendo a criminalidade que atua naquela comunidade. Isso é uma prova clara de que o Estado não está chegando de forma adequada. Só chega como polícia. Isso é sinal que o resto do Estado não está presente e os jovens que têm acesso a um fuzil não têm acesso a nada do Estado, antes. Isso é preocupante e mostra o quanto esse assunto tem que ser tratado com muito maior amplitude que uma questão policial. E nada melhor que ambientes de formadores de opinião, e pessoas que têm o compromisso de conduzir a sociedade brasileira, que busquem consolidar esses conhecimentos, principalmente, para evitarmos experiências que não suportamos mais, experiências nessa área. Não temos o direito de fazer experimentos nessa área, porque o déficit é muito grande. Há 20 anos estamos sem política pública consistente, e esses 20 anos afastaram pessoas como os senhores, pensa-

dores, o meio acadêmico, em razão de um período repressivo, em que as instituições e o conceito de segurança pública saiu estigmatizado como repressor. Isso os afastou. Nesse período, a violência urbana se instalou, a criminalidade se organizou e o cidadão foi sobrevivendo até que chegou a seu limite; ele vai e cobra, e o Estado olha para dentro de si e não tem como atendê-lo. Então, temos uma demanda para ontem, para atender, e o Estado está desmontado. Esse é o desafio de todos nós, da sociedade; não é de secretários, não é de governos, é da sociedade, de redesenhar uma postura frente a esse problema, com essa amplitude e muito maior que a questão de polícia.

Então, nesse sentido vamos, hoje, no tempo que temos, tentar contextualizar o que vamos apresentar. E se for possível vamos dar uma repassada nas ações que a Secretaria vem fazendo em parceria com as instituições, com os estados, com os municípios, como disse, com pouca visibilidade, porque não tem a visibilidade de entregas solenes de viaturas e grandes compras, mas são protagonistas nessa mudança de comportamento entre nós, e na busca da mudança de comportamento nas comunidades em relação à questão de segurança. E, também, se o tempo permitir, vamos mostrar um trabalho, que é o resumo da política, apoiada por todos, e pelas três esferas no Rio de Janeiro, que se tornou o nosso modelo *standart*, onde vai, com certeza, ter visibilidade em razão dos Jogos Pan-Americanos, o qual está permitindo mostrar algumas ações que vimos fazendo rotineiramente, mas que faltava publicizar. Que isso não sirva para promoção de qualquer esfera de governo, e, sim, para mobilização da sociedade.

Então, ficam aqui os meus cumprimentos pela iniciativa deste seminário. A Secretaria, como não poderia ser diferente, como órgão público, está à disposição de todo e qualquer esforço da cidadania para difundir, consolidar e ajudar a construir rumos sólidos na questão da segurança. O que se faz lá é em razão da sociedade, a serviço da sociedade e queremos incluir, documentar historicamente o que está sendo feito, porque essa descontinuidade é fruto de que quando se encerra uma gestão, “limpa-se” as gavetas e leva-se embora esse conhecimento que os senhores

financiaram. Vamos tentar consolidar e colocar à disposição dos pensadores todo esforço e investimento que o cidadão brasileiro fez nesse período de nossa gestão.

Agradeço o convite e fico à disposição, depois da apresentação, para debatermos, exaustivamente, com cada um dos senhores, esse tema que está na ordem do dia do cidadão. Obrigado.

MESA I

TEMA: GESTÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA ADOTADA PELO GOVERNO FEDERAL

Dr. LUIZ FERNANDO CORRÊA
Secretário Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça

TEMA: MODELO DE GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Dr. LUÍS FLÁVIO SAPORI
Secretário-Adjunto de Defesa Social de Minas Gerais

COORDENADOR: Dr. Milton Coelho
Presidente do PSB/PE

MILTON COELHO – Inicialmente quero cumprimentar os presentes, dizer que é uma satisfação enorme tê-los aqui, nessa iniciativa da Fundação João Mangabeira, fazendo um exercício de discutir de forma aprofundada problema relevante da sociedade brasileira, e que tem tido alguns aspectos peculiares em Pernambuco. Não podíamos, na condição de presidente do partido, deixar de provocar esse debate, para que saíssemos das discussões apenas intuitivas e entrássemos numa discussão mais técnica sobre a definição de políticas, e nas políticas que o Brasil vem, em nível nacional, implementando com êxito, e que precisam tomar impulso em Pernambuco, em qualquer governo; e nós, do PSB, o que fazemos nesse instante é, com esse debate, com essa discussão, a partir desse seminário, assumir o compromisso de que vamos tratar a questão de segurança pública com absoluta prioridade, porque temos um compromisso com a vida e respeito com a população pernambucana e brasileira. Já temos experiências exitosas na área de segurança pública em alguns estados, e queremos criar as condições para que isso possa também ocorrer aqui.

Teremos, nessa primeira Mesa, as palestras do dr. Luis Fernando Correia, secretário nacional de Segurança Pública, que já se apresentou, já fez a abertura, cuja palestra será "Gestão de Políticas de Segurança Pública Adotada pelo Governo Federal"; em seguida, o dr. Luis Cláudio Sapori, secretário-adjunto de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, que vai proferir palestra sobre o "Modelo de Gestão de Segurança Pública no Estado de Minas", uma das experiências exitosas já mencionadas na abertura deste encontro.

Abriremos, a partir de então, trinta minutos para perguntas e respostas, que deverão ser dirigidas à Mesa, e, em seguida, um intervalo para almoço. Lembramos apenas que todos já receberam a programação e que à tarde, depois do intervalo para almoço, teremos mais duas mesas, com início previsto para as 14 horas. (Programação em anexo).

Abrindo essa primeira Mesa, gostaria de passar a palavra ao dr. Luis Fernando Correia, e, em seguida, dr. Luis Cláudio Sapori.

LUIS FERNANDO CORRÊA – Bom-dia. Mais uma vez cumprimento a todos. Procurarei demonstrar, como já disse, que havia um estudo prévio, que se transformou em programa de governo, e a forma como a Secretaria o vem implementando.

Farei minha apresentação apoiando-me em transparências. Temos um diagnóstico anterior da situação das organizações e, para se ter uma política, precisamos trabalhar a partir desse diagnóstico, e já está em andamento um processo de série histórica, que só tende a ser cada vez mais abrangente. A partir dos registros de Polícia Civil, hoje se controla em todas as capitais e municípios acima de 100 mil habitantes, 50 delitos, e isso está consolidado. As ocorrências de Polícia Militar também estão sendo chamadas a contribuir para esses dados; e uma inovação são os incidentes com os Bombeiros. Estão sendo concluídos e disponibilizados todos os atendimentos que fazem, para que tenhamos realmente um perfil e uma abrangência das ocorrências. As ações são executadas para cumprir as metas do governo, porque como servidor público, e quem é policial aqui sabe, se recebe uma mis-

são, ela está escrita, temos que cumprir. E nossa missão é o plano de governo. Então, item a item somos avaliados pelos órgãos de controle e acompanhamento, inclusive de metas da Presidência da República.

Realizamos 50 ações, que foram distribuídas nos eixos do plano, que são gestão do conhecimento e informações criminais; as ações trabalhadas, nesse, que é o sistema de estatística não existe por realização do governo federal. O nosso papel foi de articular esses bancos, cujos dados são tratados pelas instituições estaduais, o que nos permite uma evolução também.

O que temos é um perfil das ocorrências, o perfil desse nosso sistema e sua abrangência.

Esses registros de ocorrência, somados a 60 pesquisas aplicadas (além de uma pesquisa de vitimização nacional, atrasada em razão do orçamento) permitirá montarmos uma estratégia acrescida do nosso empirismo dentro do meio acadêmico, das universidades, em parceria com as instituições de ensino, para ser discutida e que possa garantir um conceito de política pública. Então, é por aí que queremos trabalhar, e o papel desse sistema de estatística é fundamental para que se possa falar em gestão; sem dados confiáveis e abrangentes não vamos ter política pública, e muito menos gestão.

Também criamos um sistema nacional de monitoramento da implementação do sistema; os relatórios foram encaminhados aos estados, nas diferentes ações, para que se pudesse ter uma avaliação, e o resultado dessa avaliação passa a ser um dos critérios para distribuição do fundo, em termos qualitativos.

Os relatórios de todas as pesquisas aplicadas, que foram selecionadas, é um material que não poderia ficar na prateleira. A idéia é que essas pesquisas e esses gestores, esses policiais, agentes públicos de segurança, que vão ser em número de 1.600, distribuídos nas 21 instituições de ensino pelo país, serão formados em gestores; que os trabalhos de conclusão sejam nos eixos da política, e que os primeiros classificados façam, depois, um estágio

na Senasp. Fez-se, então, uma pesquisa trabalhando-se os eixos, entre os quais o servidor trabalhando dentro da universidade e a universidade trabalhando com esse servidor, e, com base nesses dados que a Secretaria tem, ela faz o seu trabalho de conclusão e o coloca em prática. Esse é o objetivo.

Vamos passar à questão que trata da formação e valorização profissional. Temos 17 unidades da federação que aderiram plenamente à matriz curricular nacional; as outras, de alguma forma, observam os princípios da matriz. Agora estão reunidos grupos de especialistas no Brasil inteiro para fazer uma avaliação e também ajustes necessários até mesmo para que aumente o alcance ou que melhore o conceito da matriz curricular, que é fundamental para que tenhamos uma formação e capacitação continuada dos nossos colegas da área de segurança pública.

O que queremos com a rede de ensino a distância? Se queremos trabalhar um grupo, capacitando-o com a especialização, se temos mais de 500 mil policiais nas diferentes esferas de governo e espalhados pela rua, precisamos atingir esse objetivo com maior velocidade. E esse é um dos instrumentos. Quer dizer, se temos 60 pontos já contratados, com mais 140 deste ano, fecharemos 200 pontos. E isso vai permitir a agilização desse esforço, pois os pontos da segurança pública serão multiplicados pelos pontos dessa rede de ensino a distância estadual, que está sendo "linkada", o que vai nos permitir atingir um número maior de servidores. Isto é o exemplo de uma boa prática de Pernambuco.

Temos vários itens a descatar, como a rede nacional de especialização, que isolada poderia ser mais uma questão de cursos para policiais. Mas, não, ela é estratégica.

Como disse na minha fala da abertura, houve um distanciamento do meio acadêmico em razão do período do regime militar. Nós militares, policiais, herdamos, o conceito de segurança pública que ficou estigmatizado, provocando um afastamento da academia. Então, agora, queremos levar o empirismo. No meu caso particular, são 26 anos de Polícia Federal. A tendência é que eu vá embora, me aposente, e leve comigo esse meu conhecimento.

Então, na medida em que passo a freqüentar um curso de especialização que leva o empirismo de cada um de nós lá para dentro, junto com as pesquisas, particularmente a pesquisa de vitimização, a academia vai tratar disso tudo e, com certeza, vamos ter uma política pública séria a partir de então.

A importância da Renaesp é que ela é complementar à rede de ensino a distância, que complementa a matriz, tendo, assim, um caráter sistêmico.

É bom destacar que se fôssemos descer a cada um desses itens, passaríamos meia hora em cada um deles. Todos têm uma função e um papel dentro do conceito de formação e valorização profissional, até mesmo o Portal de Segurança Pública. Qual o papel desse Portal? Quantos de nós, da área de segurança, escrevemos teses, trabalhos, concluímos cursos, e isso fica em nossas gavetas? Precisamos torná-los públicos e acessíveis. Por exemplo, se um prefeito quer fazer algo em seu município na área de segurança pública, ao visitar o Portal vai conhecer as melhores práticas de outros municípios, para desenhar o seu projeto.

No tocante à gestão das organizações, queremos envolver o cidadão na política e, dentro das instituições, desafiar a reavaliação delas, envolver efetivamente os agentes que compõem essa instituição. Sobre o Corpo de Bombeiros, tenho o testemunho aqui de colegas: reunimos os comandantes e foram incluídos em 2003 na Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública. Se eu fosse atender a demanda dos bombeiros, um fundo nacional não atenderia um Corpo de Bombeiros, e eles são 27, e o fundo tem que atender todos eles. Então, tínhamos que incluí-los de forma racional nesse processo das verbas. O que fizemos? Reunimos os comandantes, que indicaram oficiais intermediários para constituir um grupo, fizemos um planejamento estratégico rigoroso, científico, até 2010. A partir dali, padronizamos doutrina, procedimentos, equipamentos. Qual o objetivo? Se eu tenho doutrina de padrão de procedimentos e de equipamentos, o investimento, fazendo uma compra nacional, é muito mais racional, ganha-se em escala, definem-se padrões, e se chega a um resultado final com registro de preços que fica disponível para o Estado. A União define o padrão,

faz a doação dos primeiros (estamos entregando em torno de 80 veículos e outros equipamentos), e conseguimos alguns itens com redução de 57% em relação ao preço de mercado. Então, a idéia era racionalizar e otimizar os poucos recursos. O mais importante disso é que a indústria acreditou nessa política. Antes, e aqui tenho o testemunho do registro de bombeiros, não tínhamos dois veículos iguais na mesma unidade, porque cada comandante desenhava o carro e era adaptado para atender aquela demanda, agora criamos um padrão, a indústria o produziu e o Brasil se tornou dele exportador. Quer dizer, uma política pública causou impacto na economia e fechou esse ciclo. E fechando esse ciclo, a legislação nacional foi expandida, pois tínhamos algumas boas legislações estaduais e alguns estados com nada regulamentado. Então, fechamos o ciclo legislação, padrão de procedimentos, de equipamentos, e compra nacional, permitindo a adesão a um preço mais baixo pelos estados.

A questão dos mecanismos de distribuição dos recursos do fundo, que já tinham um critério objetivo, passavam por algumas variáveis e acrescentamos agora, a partir da avaliação, uma variável qualitativa também, que é o desempenho na implementação das ações da política, por meio dos convênios e as ações do próprio Estado.

Na Polícia Civil, e temos aqui presente o nosso chefe da Polícia Civil, que acompanhou esse processo inicial, constituímos um grupo que chegou a um texto, que seria um texto político das polícias civis, sobre sua modernização. Esse texto foi discutido ampla e nacionalmente em reuniões regionais pelo Brasil inteiro, envolvendo associações de delegados, peritos, escrivães, toda a estrutura da Polícia Civil, com uma grande adesão ao processo. O que está em andamento agora? Tal como foi feito com os bombeiros, de forma que, nos próximos anos, a partir do planejamento estratégico visando a padronização, tenhamos parcelas do fundo dirigidas para garantir aquele padrão de estrutura e de procedimentos nas diferentes instituições. Assim como fechamos o ciclo nos bombeiros, queremos o mesmo na Polícia Civil e na Polícia Militar. Por isso, nos preocupamos que isso tenha continuidade,

porque os colegas policiais civis do Brasil é que estão construindo. E, nessa discussão, eles trouxeram questões modernas. E aqui quero destacar, na presença do dr. Sapori, a fundamental atuação dos policiais civis de Minas Gerais. Inclusive, o grupo presidido pelo dr. Gerson, chefe de Gabinete de Minas, continua trabalhando junto com outros estados, agora numa Lei Orgânica para as polícias civis, e isso está sendo fechado nos próximos dias.

Quanto à prestação de contas do dinheiro repassado para os estados, somos fiscalizados pela Controladoria Geral, pelo TCU, e pelos órgãos de controle do próprio governo, para efeito de implementação da política. Então, também temos que prestar contas e fazer essa avaliação do impacto dessas ações nos estados. Com isso, foi criado esse sistema e fizemos, inclusive, uma fiscalização por amostragem.

Temos um manual de relação com o Fundo, para facilitar na implementação, na formulação, na execução e na prestação de contas dos convênios. Esse manual está sendo copiado pelo Ministério da Assistência Social.

Sobre o cadastro de monitoramento, ele é sistêmico e precisamos fazer esse acompanhamento.

Já no que se refere aos programas de prevenção, principalmente na relação com o município, há vários projetos isolados também. Um dos itens é o mapa da criminalidade, nome original, que hoje tratamos de estatística, indica não que houve uma redução, mas que na medida em que aumentamos a capacidade de dados, aumentou o universo fiscalizado e se percebe não uma flutuação nem uma migração, porém uma capacidade de colher dados. Nos mostra não que haja uma interiorização, mas que também no interior há violência. E envolve municípios acima de cem mil habitantes, isso já é um dado consagrado, como também municípios que têm um papel equivalente a um município de cem mil habitantes num Estado, que, igualmente, exercem esse impacto na violência dentro daquela unidade da federação. Considere-se que há estados que não têm municípios acima de cem mil habitantes, mas algum, com menor contingente populacional, tem inciden-

tes de violência que acabam exercendo papel equivalente aos de cem mil nos grandes estados. E não vamos esperar que cheguem aos cem mil para entrarem na estatística. Então, pedimos que observem isso.

Temos, no Pará, a perna do meio. Ali não vamos esperar aqueles municípios chegarem a cem mil habitantes; mas temos também incidentes que têm sido fomentados no interior de Pernambuco, em alguns lugares onde há questões agrárias. Conversando um dia desses com um prefeito, ele estava internacionalizando o aeroporto em razão do potencial turístico da cidade. Então, o foco dele é atrair empresas, grandes redes de hotéis.

Aproveitei e perguntei: Sim, e o que o senhor está preparando para o aumento populacional, a favelização que naturalmente vem atrás desse progresso? Se o seu município está surgindo, ou crescendo muito, impõe-se fazer projetos, desenvolver trabalhos, preparar a sua Guarda, seus gestores municipais para tratar a questão da segurança, potencializar, empoderar as lideranças comunitárias desses bairros do entorno, em que já existem alguns indicativos de violência, pois é lá que vão se instalar as pessoas que vão correr para lá em razão da propaganda, da possibilidade de emprego. Em conseqüência, haverá inchaço populacional e daqui a pouco estaremos com uma cidade crítica, e que hoje não consta dentro do nosso mapa.

Então, sempre que se desenvolver uma política de segurança dentro dos estados, independente de se encaixar no perfil de 100 mil, ou o prefeito nos demanda espontaneamente, atendendo as nossas condições de convênio, ou vamos com execução direta para esses municípios. E o que vamos fazer lá? Basicamente é o que estamos fazendo no Rio: criar uma rede envolvendo o cidadão.

Não tomem como críticas, por favor, o que vou falar, pois a situação é generalizada: em qualquer comunidade do país, por mais pobre que seja, tem alguma ação de governo, do Terceiro Setor. Mas o que precisamos fazer? É que essa ação surja da própria comunidade. Nós começamos silenciosamente, em agosto do ano passado, a nos aproximar de algumas lideranças comunitárias no

Rio de Janeiro. Chegamos a ponto de levá-las ao Ministério da Justiça em Brasília, para serem recebidas pelo ministro, num processo de empoderar aquele agente social local. Estamos com 14 programas de ação primária nas comunidades do Rio de Janeiro, em parceria com o Estado e com o município.

O que queremos com nosso modelo *standart*? Que o gestor municipal seja capacitado, assim como a liderança comunitária; que seja criado o Conselho Comunitário de Segurança e a Polícia Comunitária. Para esta estamos buscando uma Política Nacional de Polícia Comunitária a partir deste ano, utilizando as melhores práticas (este ano, premiamos Rondônia, Goiás e São Paulo, escolhidos por um grupo de especialistas como as três melhores práticas em policiamento comunitário). E, a partir dessas melhores práticas, vamos criar um padrão brasileiro de policiamento comunitário.

Todos vão dizer: no meu Estado há policiamento comunitário, mas ele tem o fôlego dos homens que estão lá trabalhando, tem o idealismo e voluntarismo daqueles homens. Corre-se, assim, o risco, com a mudança de comandante ou secretário de governo, de aquela atividade desaparecer. O que queremos? Que esse policiamento comunitário nasça de uma relação com a comunidade organizada; com um líder capacitado em mediação pacífica de conflitos, num primeiro momento; com um núcleo de convivência cidadã; com um conselho comunitário de segurança, e com o policiamento comunitário aderindo a isso. Nesse novo ambiente se discute, que não será mais descolado o conceito comunitário, e aí a repressão nada mais faz que complementar esse sistema, de acordo e na medida exata que precisamos.

Para minha surpresa, e não tenho vergonha de dizer, tendo 26 anos na área de repressão, um dos momentos mais difícil para mim foi na ocasião do encontro com lideranças comunitárias, pois eu sabia o nível de articulação deles, e o preconceito que sobre mim pesava, pela minha formação como policial. Fomos iniciando assim nossos contatos e, após algum tempo, uma senhora que fazia parte do grupo me disse que não estávamos na fase do namoro; mas que graças a Deus, já estavamos em lua-de-mel, há bom tempo agora, lá no Rio de Janeiro.

E qual é a idéia? É não impor e não indicar qual jovem será atendido naquela comunidade. Vamos discutir, e já discutimos com eles, qual o jovem a ser alcançado. O Segundo Tempo do Ministério dos Esportes atende um perfil de jovem, a cultura atende outro, mas para o enfocado no documentário *Falcão*, só a ação primária em segurança pública é que vai chegar nele, e temos que lhe dar uma alternativa. É que ele tem uma visão de Estado que é a polícia reprimindo ou comprometida. Então, temos que mudar esse conceito, criar um ponto de contato entre ele e o Estado. Definido esse perfil com a comunidade, suas lideranças nos apresentam os jovens. Moral da história: o último dado que tenho para um dos programas que a meta era 10.400 jovens, já tínhamos nove mil inscritos, e faltavam 30% das comunidades. Começa brevemente, em parceria com o Sesi, a capacitação de guias cívicos, jovens que vão levar outras discussões para as rodas de brincadeira. Ao invés de só reproduzir a boca de fumo, como brincadeira, que é a única realidade que eles têm, levar-lhes conceitos de ética e cidadania, inclusão digital, inglês, espanhol, para que venham a se capacitar para concorrer a uma vaga de voluntário nos Jogos Pan-Americanos, cujos organizadores estavam recrutando quem falasse inglês e espanhol, e pela internet. No asfalto, é excludente, imaginem na favela, jamais a ela chegaria. Nossa idéia é, com antecedência, fazer esse trabalho de capacitar a favela para incluí-la nesse grande evento, nesse momento de mobilização no Rio de Janeiro, para que ele fosse utilizado para implementação de uma política.

A partir desse modelo, várias outras ações serão trabalhadas. E ele envolve a mediação de conflitos, desde aquele pequeno conflito que se torna um grande crime, uma violência, uma ocorrência policial; até uma aproximação com o Estado, com a Justiça.

Essa capacitação em mediar conflitos passou a se dar no fórum competente dos Jogos Pan-Americanos, que é o da Barra. O prédio é moderno, imponente e só sua imponência já afastaria o cidadão da favela, mas ele agora o freqüenta na intimidade, sendo capacitado ao lado dos policiais militares, policiais civis, bombeiros, guardas, defensores públicos, promotores e juízes; todos no mesmo nível, inclusive invertendo os papéis, em dramatização pe-

dagógica, que é feita, num relacionamento muito bom. E a próxima edição será como ocorreu no Judiciário e no Ministério Público, numa favela para onde irão juízes e promotores, para estabelecer, o que é fundamental, um canal de confiança entre o Estado e o cidadão. E capacitar a comunidade para que ela mesma garanta a convivência dentro dela.

Não posso querer estabelecer convivência da comunidade com o Estado se ela não se reconhece como comunidade e não convive. Então, os instrumentos e equipamentos que vão para lá são para garantir a convivência da comunidade; em seguida, dela com o Estado, e discutir inclusive as políticas de segurança; e eliminar o estigma de criminalizar endereços. Recentemente, tivemos um crime em que as Forças Armadas foram vítimas. O Exército ao sair dos quartéis, talvez tivesse inteligência que o autorizasse, cercou uma favela. Será que os fuzis não poderiam estar num apartamento na Zona Sul, momentaneamente escondidos? Quer dizer, precisamos estirpar essa criminalização do endereço.

Queremos e estamos preparando o programa da Força Nacional, e vamos inaugurar, no ano que vem, complementando a capacidade da Polícia Militar, um policiamento não de saturação e de força durante os Jogos, como historicamente era feito no país, mas sim um policiamento de relacionamento. Se, depois dessas etapas (liderança capacitada, núcleo instalado, conselho potencializado e polícia comunitária), o policiamento repressivo for até a favela, que vá para garantir que o cidadão que mora naquela favela tenha o direito de transitar não numa avenida, como na Zona Sul, mas no seu beco e possa levar seu filho à escola, e que não tenha que se deparar com um marginal com um fuzil. Se em razão desse marginal com fuzil se trata a favela como criminosa, estamos negando cidadania àquele que está lá dentro também sofrendo as conseqüências do crime. Para isso, estamos preparando, dentro da Força Nacional, um policial que vá à favela e use da força quando for preciso, mas que trabalhe nesse policiamento de relacionamento e de convivência.

Já que citei o programa da Força Nacional, que todo mundo olha simplesmente como uma alternativa ao emprego das Forças

Armadas, com certeza é, mas, tal como no Corpo de Bombeiros e na Polícia Civil, estamos buscando uma doutrina dela, um padrão de procedimentos e de equipamentos. Se existe doutrina, procedimentos e equipamentos, tenho interação, pois somos brasileiros, nós, policiais civis, militares e bombeiros, quase 600 mil na ativa. No momento em que o país tiver uma crise em qualquer ponto do território ele pode utilizar esse contingente, pois paga 600 mil profissionais para responder por segurança pública. Vamos, então, usar o conceito da solidariedade federativa em segurança pública e resolver o problema, nesse âmbito específico, para que as instâncias constitucionais sejam rigorosamente observadas.

Dessa forma, o Programa da Força Nacional tem esse objetivo treinando e demonstrando terem consciência do seu papel. Aqui fica o nosso reconhecimento aos policiais militares e bombeiros que dele participam. Trata-se de um programa muito vinculado a bombeiros e militares, mas que alcança as polícias civis também. Tanto que nos Jogos Pan-Americanos, se a Polícia Civil do Rio de Janeiro tiver alguma deficiência ou precisar de alguma complementação, podemos mobilizar colegas dos estados para ajudarem na segurança do evento.

Esse programa teve uma experiência no Espírito Santo, pena que não foi filmada nem registrada, ficando apenas nos testemunhos. Imaginem, numa sexta-feira, um baile *funk* com quase mil pessoas. Houve uma abordagem e duas horas e meia de permanência, o que significou a inviabilização do baile. O ambiente era de preconceito: de polícia com *funkeiro*, de *funkeiro* com polícia. Houve um procedimento, que tem sido ressaltado no treinamento da Força: inviabilizado o baile, ao final o líder pediu uma salva de palmas e elogiou a ação, mesmo porque houve prisões de pessoas e apreensões de drogas e armas. Os policiais militares são os mesmos que estão na rua. O que foi feito? Um tratamento respeitoso em relação a eles, e a oportunidade de muitos sairem do seu Estado, ir para Brasília, ficar na Academia Nacional de Polícia, ganhar uma diária de agente federal, fazer uma capacitação. Elevada sua auto-estima, receberam uma missão e procederam como deveriam proceder. Da mesma forma, ocorreu no Rio de Janeiro.

Por isso, o nosso cuidado de situações de não intervenção e de resgatar as instituições. Não fosse esse modelo pelo qual o governo optou, até por questão constitucional, o comando seria das Forças Armadas e não do coronel Ubiratan. Assim, estaríamos, perante a sociedade do Rio de Janeiro, negando as suas autoridades, o que não contribui para o seu resgate. Vamos complementar a capacidade da autoridade local e, no dia seguinte, se tudo correr bem, o mérito será também dela. O que não pode é ter aquele tipo de intervenção federal, que vem e sai, ficando só o desgaste para a autoridade local. A idéia, então, é de trabalhar nesse sentido, de complementar a capacidade do Estado, e não de intervenção nos estados.

Temos clareza de que precisamos melhorar e qualificar a nossa repressão; procurar o equilíbrio entre prevenção e repressão, mas a repressão também tem que ser qualificada. E algumas técnicas, no Brasil, sequer existiam; havendo sempre esforços isolados. Então, estamos fixando isso. Vejamos, por exemplo, o uso de cães de faro. Tínhamos uma boa experiência deles na Polícia Federal, que sofre sobressaltos, ora com picos ora com quedas, e iniciativas de unidades da Polícia em alguns estados, e não como políticas do Estado. Iniciamos fomentar uma política e uma padronização de procedimentos e regionalizando essas ações. Isso permite que, em havendo um grande evento, nos agrupemos e tenhamos nossa capacidade aumentada, garantindo sempre o padrão. Até no aspecto de relacionamento e de trato dos direitos humanos, na observância da privacidade do cidadão, fica melhor com o uso dos cães. Se abordarmos um carro sem a técnica, vamos ter que vasculhar excessivamente, enquanto que um cão vai nos indicar onde está o explosivo, onde está a droga. Quer dizer, fazemos uma abordagem dirigida e com maior dignidade na relação com o cidadão e não com técnicas aleatórias.

Examinemos agora os gabinetes de gestão integrada. Por indução, todos os estados o instituíram. Alguns foram formalmente à Senad, como condição para receber repasses do fundo, porque se não tiver o gabinete instituído, não há repasse de verba para o Estado. O nome Gabinete de Gestão Integrada está no programa. No início, como forma de indução desse processo, recebemos a

proposta de criar uma sala padrão, com equipamentos, e nós a invertemos, tanto que agora vamos distribuir equipamentos. Se os homens de boa vontade da segurança pública do Estado se unirem sob a sombra de uma árvore, e estiverem realmente integrados e discutindo, farão até mais do que ter uma sala e ela não ser aproveitada. A idéia do Gabinete de Gestão Integrada é essa. Alguns estados, como Minas Gerais e Alagoas, não usam esse nome. Para nós isso é irrelevante, pois o importante é o conceito, que haja uma gestão integrada, em que todos os atores da segurança pública discutam, planejem e executem a política no Estado dentro da autonomia que cada unidade da federação tem.

Da mesma forma, vou usar um exemplo da aviação policial, até porque ontem tivemos um exemplo dessa integração no Rio de Janeiro, onde aeronaves e tripulantes de 20 unidades mostraram o quanto os estados aderiram tanto à integração que foram para lá treinar seus operadores e tripulantes, no mesmo padrão nacional. Mais uma vez, tenho que me render a Minas porque fui responsável pela entrega do brevê ao primeiro colocado, um mineiro, e a dois cearenses, o segundo e o terceiro lugares do curso. E lá estavam aeronaves de Santa Catarina, Mato Grosso, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Distrito Federal, as que couberam no campo, porque tinham mais algumas noutros locais. Por que isso? No ano que vem, vamos, em conjunto, garantir a segurança. E esse setor foi regulamentado.

E por que citei esse exemplo? Mais uma vez, porque temos um hábito no Brasil de adquirir equipamentos conforme a capacidade de venda do vendedor. E na normatização dos setores especializados estão sendo definidas as missões, classificados os equipamentos, as especificações, a licitação, o registro de preço. Dessa forma, compramos o que nos interessa, dentro de uma visão sistêmica e dentro de uma política estratégica, e concebida pelos homens e mulheres de referência de cada um dos setores do país. Eles se reúnem e nós debatemos, observados os princípios da proposta do governo, tomando emprestada a sua experiência técnica, e disso sai algo que vira política. Em dois anos de trabalho, já fechamos isso e inclusive a regulamentação do sistema. Para

dia 29 de junho (foi a data em que se iniciou a primeira reunião, há dois anos) está previsto que o presidente, por decreto, acolha as sugestões de regulamentação e institua o Dia da Aviação em Segurança Pública e Defesa Civil.

Em todos os setores, estamos trabalhando assim. Dia 08, estaremos dando a Aula Inaugural para 20 municípios reunidos no interior de São Paulo, em que se distribuíram os papéis consorciadamente, de forma tal que um ficou encarregado da formação de todas as suas guardas. Garantindo o princípio da matriz curricular nacional, as vagas dos 20 municípios terão um único ponto de formação. Isto porque, isoladamente, não posso atender a cada prefeito que vier me pedir uma escola de formação, suporte para operação da guarda, e todas as demais. Como vivem em uma região onde as ocorrências de um têm reflexo no outro, eles estão sendo abordados de forma consorciada, seguindo o modelo do primeiro consórcio, o da região do Recife. Tentei ter todo o conteúdo de todos quantos já foram capacitados e nem me atrevo a dizer porque o avanço foi grande, também dentro daquele conceito de potencializar, de empoderar as lideranças comunitárias, os guardas e os gestores municipais. Imaginem, naquele exemplo que citei há pouco, do Rio de Janeiro, a liderança comunitária é capacitada, o conselho comunitário capacitado, e a prevenção, que está colada com o município, se o município não tivesse sido também alcançado por esse programa? Então, estamos capacitando gestores municipais de carreira, porque nossa palavra fundamental aí é, além da integração, a perenidade, que se dá por meio de massa crítica, dos agentes públicos que estarão a postos a serviço das políticas públicas. É um corpo técnico – essa é a preocupação em todas as esferas –, no município, capaz para interagir com as lideranças comunitárias. De outra forma, teríamos uma demanda qualificada, por intermédio da liderança, e não teríamos a resposta do município.

Atentamos, agora, para os recursos em função do contingenciamento. Na prática, vejamos como eles ficaram em 2004/2005. Sobre os convênios com os estados, foram aprovados tecnicamente, submetidos ao conselho gestor e o recurso liberado, com prazo

de dois anos para o Estado executar. Como percebemos também que havia algum problema de gestão, e algumas questões eram estruturantes, visando racionalizar, fizemos aquisição direta. E isso significa, por exemplo, um registro de preço de veículos, que hoje estamos comprando por menos do que o de dois anos atrás. Quer dizer, é um carro que em dois anos melhorou, e o preço é menor. Por quê? Confiança na regularidade de compra, ou era o que a indústria nos cobrava. Por aí chegamos ao carro especial, aos veículos e equipamentos dos bombeiros, e agora queremos viaturas especiais de polícia. Da mesma forma, os fabricantes também dizem que não temos regularidade de compra, que não vou fazer adaptação na linha de produção, porque é muito caro, para ter um veículo para compras espasmódicas de governo. Então, estamos querendo demonstrar a regularidade de compra, e a regularidade fez com que o preço caísse. A Fiat perdeu na versão equivalente à Parati, no primeiro pregão, e nunca mais recuperou esse espaço para a Volkswagen. É o carro, inclusive, que foi distribuído para as delegacias de mulheres do Brasil inteiro. A Fiat percebeu a regularidade de compra e que estava fora de alguns itens, e jogou o preço lá embaixo. Estamos comprando uma Pálio Adventure pelo preço de um Gol. Então, é uma camioneta razoável, já equipada minimamente, por 29 mil reais. E esse preço está à disposição de todos os estados. A União, dentro das possibilidades do fundo, vai distribuir pelos mesmos critérios, os veículos aos estados. Mas o que mais queremos além de distribuir veículo, é garantir essa racional distribuição do fundo. Melhor dizendo, um registro de preços, para nós, é mais eficaz que um número de viaturas distribuídas. Então, o Estado ao invés de fazer um processo moroso de licitação, adere a esse registro de preços, se estes lhes convêm, e faz sua compra. Assim, estamos fazendo essa aquisição direta em vários itens. Como essas ações de prevenção com alguns municípios têm dificuldade na execução, e os índices são pouco elevados, estamos chegando e fazendo diretamente.

No tocante à avaliação. Em cada um dos eixos há a situação de cada um dos estados, e, se clicar, vai aparecer o mapa de cada um deles, seus itens, e em que nível está. Alguns estão sem infor-

mação, pois foi feito um questionário e o Estado não respondeu. Não sei se está lançado ou não, mas esta é a realidade do Estado, o qual será penalizado na distribuição do fundo, por ter deixado de responder o questionário. É por aí que estamos acompanhando cada um deles.

São quatro níveis de implementação, em cada uma daquelas ações. Se voltarmos ao início, ao mapa de ocorrências, também há registro de ocorrências das polícias civis por número de taxa de 100 mil habitantes, até 2004. Depois podemos particularizar crimes violentos, letais e intencionais, e a distribuição deles por região. Tudo isso vai estar disponível no *site* da Secretaria.

Teríamos muito mais para falar, mas, observando o tempo ficamos por aqui. Com certeza o debate nos propiciará esclarecer cada um dos pontos abordados. Obrigado.

LUIS CLÁUDIO SAPORI – Bom-dia. Quero agradecer o convite da Fundação João Mangabeira, pela oportunidade; cumprimentar meu prezado amigo Luis Fernando; dr. Milton Coelho, é um prazer conhecê-lo; meu cumprimento especial ao deputado Eduardo Campos, presidente do PSB; e gostaria de parabenizá-los, ao PSB de Pernambuco e ao nacional, principalmente pela fala do deputado. É muito bom perceber que lideranças políticas nacionais, de seu peso, de seu partido, estão atentando de uma maneira tão séria para a temática da segurança pública. Isso é muito bom; e eventos como este, que, certamente, faltam ao debate político estadual e nacional, representam a força da comunidade.

Eu vou apresentar, de uma forma objetiva, a experiência de Minas Gerais, em termos de uma política de segurança pública. Minha intenção é apenas narrar uma experiência, não venho aqui fazer propaganda do nosso trabalho, muito pelo contrário, minha intenção é mostrar com muita crueza o que se avançou, o que não se avançou, virtudes, defeitos, e, na verdade, compartilhar com vocês de Pernambuco, uma experiência local. Então, não entendam aqui nenhuma manifestação bairrista de um mineiro. Na verdade, gosto de Minas, mas tenho respeito pelas demais experiências nacionais.

A lógica, em Minas, se pauta, primeiro, por algo muito simples: superar uma postura meramente reativa na área de segurança pública, pensá-la do ponto de vista de política pública. E o que significa isso na prática? Abrir mão do gerenciamento de crises como uma lógica, a da racionalidade da gestão. Ou seja, acabou a expressão "apagar incêndios", que todos nós da segurança sabemos muito bem, que é a tônica do dia-a-dia de qualquer governo. Qualquer secretário de segurança nesse país sabe que ele teria mais que muitos outros anos para justificar sua permanência no cargo, apenas para gerenciar crises. É a tônica do setor; mais que 24 horas, inclusive, e se tivesse mais horas daria mais tempo. Isso vai continuar sendo a tônica da área, não tenham dúvida. O problema é superar esse modelo. Supõe pensar política pública. E o que é política pública? Planejamento, gestão, monitoramento, avaliação. A idéia é muito simples, vamos fazer na segurança o mesmo avanço que fizemos na saúde e na educação; os avanços nessas áreas são qualitativos em termos de políticas públicas, principalmente, no âmbito estadual.

Isso se iniciou, em Minas Gerais, com um diagnóstico. Afinal de contas, qual era a situação da violência no Estado? Primeira coisa, passamos a não mais dizer que Minas era um Estado pacífico. Acabamos com essa baboseira, porque os governadores anteriores, os políticos mineiros tinham o mérito e se gabavam de dizer que viviam num Estado muito tranqüilo. Chegamos em 2002 e dissemos: vamos parar, isso não é verdade, isso é uma mentira. Olhem no gráfico, a situação da violência em Minas Gerais a que ponto chegou no final de 2002/2003. Como se pode dizer que era um Estado pacífico com esse crescimento desmesurado da violência entre os anos de 1996 e 2003? É um patamar absurdo, meus amigos; e saltamos de 130 a 140 crimes violentos por cem mil habitantes para um patamar de 530. É um crescimento de quase 300%, em termos reais. Então, a primeira coisa a fazer era ser transparente com a população. Dizer: essa é a realidade do Estado, não vamos mais empurrar a sujeira para debaixo do tapete. E o governador, tanto como o secretário de segurança, começaram a dizer para a imprensa que a situação da violência em Minas Gerais era grave. Este é o primeiro fato: é uma visão política. O

primeiro ponto foi: chega de mentiras com a população, vamos falar a verdade. O segundo: vamos avaliar o fenômeno, vamos tentar entendê-lo. E isso estamos fazendo em Minas Gerais, tanto pela Fundação João Pinheiro quanto pela Universidade Federal de Minas Gerais, que são parceiros decisivos. Sem a academia, sem a universidade, sem o conhecimento acadêmico e científico não se faz política pública nesse país. Eles são capazes de produzir coisas boas como essa aqui. Ou seja, o mapa da violência em Minas mostra que o fenômeno não é disseminado no Estado todo; dos 850 municípios de Minas, para vocês terem uma idéia, nesse ano de 2003, em quase 400 praticamente não havia violência. O fenômeno se concentrava e ainda se concentra em praticamente 20 municípios, aqueles acima de 100 mil habitantes. Se eu mostrasse o mapa, a partir do ano passado, iriam aparecer municípios como Pirapora, Pouso Alegre, Varginha, São João Del Rey, a cidade natal do governador – é um dos municípios importantes para Minas Gerais. Então, o fenômeno está oscilando, de municípios acima de 100 mil habitantes. E se concentrava na Região Metropolitana, Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, no Triângulo Mineiro, região mais rica do Estado, mas lamentavelmente uma das mais violentas, e com um perfil específico no noroeste, que é a região de Unaí, Buritizeiros, na divisa com Goiás, que vai se espraiando para o leste, aquela região do Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce, na divisa com o Espírito Santo.

Resultado inicial positivo foi recuperar o fenômeno. Isso é fundamental para a política pública. Você tem que entender onde ele está pegando, onde efetivamente ele está acontecendo, e selecionando, homicídios, assaltos, tipos de furtos. E a partir disso, você começa a definir diretrizes. Quero ressaltar essa questão, porque muitas vezes isso é visto como requinte de acadêmico, de intelectual. São elementos, dimensões de princípios, que me parecem fundamentais. E o governador foi muito sensível, sempre percebeu a importância disso. Não tem como você definir um gestor público, um governador, um secretário de segurança, e um projeto de intervenção na área, se não tem clareza para ele e para a população de como ele pensa a segurança pública. Ninguém pode ser prático, sem antes ter princípios claros. Essa divisão do teórico

e do prático é idiota, se me permitem ser muito direto, é boba, desnecessária, tem que estar vinculada. E isso aqui é teórico, sim; e significa reconhecer que o problema não está relacionado a algumas dimensões, a fatores socioeconômicos; significa perceber que boa parte do fenômeno está relacionada à impunidade. E em Minas Gerais isso ficou muito claro para nós. A deterioração da Polícia Militar e da Civil e o abandono da segurança pública em Minas Gerais na década de 1990 constituem pecado. Para terem uma idéia, o número de policiais civis em Minas Gerais em 2003, era inferior ao de 1988. Este é um dado que, por si só, já diz tudo. A população aumentou consideravelmente, e os policiais civis diminuiram em números absolutos. E isso foi gerando uma incapacidade crescente da Polícia Civil investigar, e da Polícia Militar, cuja frota baixou de forma impressionante. Em 2003, de cada dez viaturas da PM de Belo Horizonte, quatro não saiam para as ruas, estavam paradas por problemas de peças, pneus, falta de gasolina. As condições mais elementares possíveis foram se deteriorando e gerando situações de impunidade.

Por isso começamos a delinear esse plano de ação, que denominamos uma política de segurança, e foi fundamental entregá-la em Brasília, em 2003. Ali estava definido o que queríamos, o que pensávamos, e até hoje é o nosso patamar, uma política de curto e médio prazo; uma política de governo. Não uma política do ano de 2003, e sim a política do quadriênio, 2003/2006, com as metas, os projetos, os recursos financeiros previamente definidos. Ela é chamada de uma gestão para resultados. Por quê? Nossa meta é reduzir os índices de violência e, pela primeira vez, dissemos isso publicamente, em 2003: chegar ao final do ano de 2004 com uma queda de 10% na violência em Minas Gerais. Essa meta foi assumida publicamente, como um compromisso, a contragosto de alguns políticos, que a acharam muito audaciosa. Mas tinha que ser feito. Isso definia um compromisso da política pública na área de segurança, um compromisso por resultados.

Um modelo de gestão foi implatando, a partir de uma consultoria do IDG, que é o Instituto Gerencial da Fundação Dom Cabral, que nos deu o patamar de gerência, aquilo que o Luis

Fernando chamou a atenção, já que nessa área o corpo técnico mal sabe gastar o dinheiro. O problema não é só gastar o dinheiro, mas como executar o projeto, definir meta, monitorar, cumprir prazos, definir com clareza a avaliação de resultados. Isso nós aprendemos. Tivemos um conhecimento, uma formação técnica, por meio de uma metodologia internacionalmente conhecida. E mais que isso, fizemos uma reestruturação da área de segurança. Criamos uma única secretaria. Não sei se é o caso de Pernambuco, mas sei que nos inspiramos muito no modelo do Rio Grande do Sul, que é uma Secretaria de Defesa Social. Uma secretaria que compõe, não só as polícias, mas o sistema prisional. Essa foi uma decisão difícil que tomamos. Acabamos com a separação entre uma secretaria da área prisional e uma secretaria das polícias. Tudo junto, é uma única unidade cuidando de toda a área de segurança pública, incluindo Bombeiros, Defensoria Pública. Por quê? Porque entendemos que o sistema prisional é da área de segurança pública. Uma política de segurança não pode deixar de ter ao lado, muito proximamente, o sistema prisional. E em Minas Gerais estamos enfrentando problemas gravíssimos de separação, de competição entre a área prisional e a área policial. Na medida em que existem duas secretarias, meus amigos, não podemos nos enganar, necessariamente há competição por recursos escassos. Eles vão competir mais entre si do que colaborar para utilizar os recursos do orçamento estadual. Então, vamos juntar tudo e teremos uma única autoridade, um único secretário. A Secretaria ficou muito grande e estamos correndo um risco. É um problema grave, mas o estamos monitorando. A vantagem obtida, já que mantivemos a autonomia das polícias. O secretário de Defesa de Minas não tem ingerência administrativa sobre as polícias. Na prática, ele não tem autoridade para correição, nem sobre nomeações e exonerações. Tudo fica a cargo das polícias. Pareceu-nos ser um modelo interessante, ele ter autoridade sobre dimensões operacionais, no que diz respeito ao combate ao crime. E isso tudo é definido numa instância colegiada, que se reúne semanal e religiosamente, toda segunda-feira, de dez horas ao meio-dia, ocasião em que o secretário e toda a cúpula da segurança analisam a semana, definem metas, prazos,

projetos, e monitoram o que está sendo feito. Isso tudo formalizado em ata. São reuniões absolutamente dentro de uma dimensão institucional.

Este é o melhor dos mundos? Não. Tem prós e contras, porque muitas vezes o secretário quer dar uma diretriz de governo para as polícias e não consegue; ele não tem autoridade sobre elas, que têm uma autonomia muito grande. Há conflitos? Há um claro conflito de autoridade entre polícias e o secretário em diversos momentos, mas temos que viver essa experiência e vamos ver até onde conseguiremos ir. Na minha visão particular, os pró estão superando os contra, os benefícios são maiores do que os malefícios.

Acontece que tudo começa por dinheiro, e não há como pensar política de segurança pública sem ele. E aí, graças a Deus, temos um governador sensível à questão. Para terem uma idéia, vamos ver a evolução dos investimentos, nos quais não constam dinheiro com salário, com gasolina, nem nada. Isso é investimento puro. Saltamos de um patamar de 30 milhões, em 2003, para um, este ano, de 190 milhões. Nossa avaliação é que esse é um patamar razoável para um Estado como Minas Gerais, nos próximos quatro anos. Ou seja, precisamos de mais quatro anos de investimentos ininterruptos de 190 milhões de reais. É isso que vamos defender e certamente vamos garantir para um Estado do tamanho do nosso. Para quê? Não só para pensar no futuro, mas para recuperar o passivo acumulado durante dez anos. É que o feito até agora ainda é muito pouco. Se vocês forem a uma delegacia em Belo Horizonte, ou na Região Metropolitana, vão ver que a situação é muito precária. Ainda temos paredes descascadas, problemas de pinturas, de mesas, de cadeiras, vão ver muita precariedade, muita viatura velha, principalmente na Polícia Civil. Ou seja, ainda temos que investir em muita coisa. Então, 190 milhões de reais/ano, para nós, seria o razoável, vai ser o razoável.

Sobre as diretrizes de como gastar o dinheiro, temos que, primeiro, romper a dicotomia entre repressão e prevenção social. O secretário Luis Fernando foi muito feliz em sua fala, e acho que, cada vez mais, há uma convergência nacional nesse ponto. Vamos superar essa dicotomia, que não diz nem representa nada,

pois ninguém tem que optar entre repressão ou prevenção social ao crime. Vamos fazer as duas coisas, princípio basilar de qualquer política de segurança.

Segundo. Vamos retomar a confiança da população no sistema. O Luis Fernando foi perfeito. Não há eficiência no combate ao crime quando a população não confia nas suas polícias. Não tem como. É elementar. Tem que haver respeito aos direitos humanos e envolvimento com a comunidade. Não se trata de requinte de acadêmico, como alguns policiais brasileiros costumam dizer. Não é requinte de sociólogo. Não é nada disso. Trata-se de um princípio elementar de eficiência. Polícia que não tem respeito da população não é eficiente. E quero que algum policial me diga o contrário disso. Não vai provar jamais. Ele tem de se aproximar, sim, das comunidades pobres, tem que mudar a postura de relação com elas, tem de encontrar, sim, a forma de entrar na favela. Entrar na favela atirando a esmo, invadindo casa, é, para não dizer outra coisa, um grande equívoco, do ponto de vista operacional. Não vou nem dizer do ponto de vista dos direitos humanos.

Quatro grandes áreas de projetos foram definidas. Cada área dessas tem coordenador, seus projetos, reuniões e monitoramento mensal com todos eles. Se não estivéssemos fazendo isso, nada andaria, porque é tudo muito grande. São quatro áreas, a começar da prisional, que é enorme e com investimentos enormes, e aí não é só construir, mas conscientizar como investir, como fazer gestão. Temos um problema gravíssimo em Minas Gerais, que parece não ser um problema para vocês, em Pernambuco: 70% dos nossos presos ainda estão, lamentavelmente, com a Polícia Civil. E a pior situação carcerária do Brasil é em Minas Gerais, sob esse ponto de vista. Estão ainda em cadeias, encarcerados em delegacias; fazendo parte do abandono que os governos anteriores submeteram a Polícia Civil.

Atenção especial ao adolescente infrator. Foi outra escolha política que fizemos, a do adolescente infrator, que está com a Secretaria de Segurança. Nós não achamos que ela deve ficar com uma Secretaria de Educação ou, muito menos, com uma Secretaria de Assistência Social. Política para adolescente infrator é,

antes de tudo, uma política na área de segurança pública. É assim que entendemos, certo ou errado é assim que está sendo feito e, por isso, todo esse processo culmina com os projetos na área policial. Toda política de integração está aí também; assim como a prevenção social do crime como política. E quem faz prevenção social para nós? Criamos uma superintendência com quatro diretorias, que hoje tem um corpo técnico de 90 profissionais, entre psicólogos, sociólogos, advogados, assistentes sociais, que convivem numa secretaria com policiais civis e com advogados, todos compondo o escopo técnico de uma política de segurança pública. É a prevenção social. Essa superintendência, este ano, conta com um orçamento de 15 milhões. É um dinheiro que eu cuido e lido diariamente, faço questão de ter um orçamento muito bom para essa superintendência, anualmente, para ela garantir agilidade. Prevenção social não se faz com boa vontade, e muito menos com voluntarismo, mas com profissionalização, com dinheiro público financiando.

O investimento que fizemos na área prisional era um gargalo complicadíssimo. De cada dez reais que gastamos dentro do sistema, seis foram para essa área. E foi uma escolha política. A primeira coisa que dissemos ao governador Aécio Neves é que a prioridade zero seria a área prisional. Por isso é que em três anos, foram construídas 11 penitenciárias, não porque gostamos delas, mas porque entendemos que, se não houver investimento em prisões, toda a capacidade de combate ao crime será afetada. Nós não temos nenhuma dúvida, o sistema policial emperrado significa um sistema com problema graves de operacionalidade. Por isso, tivemos o desafio de aumentar e, em três anos, elevamos o número de vagas em dez mil. É muita coisa, é um esforço enorme em termos financeiros. O preso em Minas Gerais está saindo em média a 1.400 reais/mês. Uma penitenciária dessas que estamos construindo – todas padronizadas em 400 vagas –, tem o custeio mensal em torno de 600 mil reais, chegando ao ano a mais de seis milhões de reais. Com esses números, vocês podem ter uma noção do orçamento anual, para custear todo o sistema. Para nós isso é fundamental, temos certeza disso.

Fomos ao interior, o que para nós é um problema complicadíssimo. Temos 270 cadeias em Minas Gerais. Para terem uma idéia, boa parte delas precisa de reforma, outras precisam ser derrubadas para serem reconstruidas. Como é que vai se resolver isso em quatro anos? Não é possível. Começamos pelo básico, onde é possível. Até agora já construímos e vamos acabar de construir, 15 cadeias públicas, além de reformar ao menos 60. E vamos com um projeto específico, o de alocar recursos para construir e reformar cadeia pública.

Com isso, vocês têm uma noção do que estamos fazendo. Todo esforço ainda não está dando o resultado que queremos. São dez mil vagas sendo criadas em quatro anos. Estamos mais que triplicando a população penitenciária do Estado. Minas Gerais vai chegar hoje a 29 mil presos, é a segunda população prisional do Brasil, talvez já ultrapassando a do Rio de Janeiro, que está em torno de 25 mil, se não me engano. A minha avaliação técnica, da minha equipe, é que Minas Gerais precisa chegar a 38 mil presos. Essa vai ser a nossa meta, caso o governador Aécio Neves se reeleja. Vai ser meta de governo, chegar a 38 mil presos, porque na nossa avaliação, chegando a um certo patamar de vagas no sistema prisional, você não vai necessariamente precisar construir mais. Há um equívoco no debate nacional que se tem de construir uma prisão a cada mês. Não necessariamente. Até um certo patamar, a vazão e a entrada de presos, tendem a diminuir. É um raciocínio de quem conhece a dinâmica do sistema, saber que não vai precisar construir prisão o resto da vida. É um grande equívoco. Nosso déficit nacional é enorme, é o caso de Minas também. Então, por isso, é que ainda não estamos batendo entrada com saída, mas se chegarmos a 38, 39 mil, vamos ter uma vazão de duas a três mil vagas/ano. Significa a potencialidade de entrada que o sistema terá e que me parece bastante razoável.

Esta é a modernização da gestão prisional, que não terei tempo de detalhar. Mas, obviamente, não basta construir, temos que melhorar tecnicamente a gestão do sistema, a capacitação, a redução de custo, aumentar a produtividade das unidades e a ressocialização do preso. Tudo isso tem projeto, tem detalhes, mas não vou ter tempo para falar sobre isso.

A Guarda Penitenciária foi fundamental para nós. Não a tínhamos; e boa parte dos nossos agentes eram contratos de seis meses, muito precários. É uma situação muito ruim que ainda temos, pois só agora estamos finalizando o primeiro concurso público para Agente Penitenciário. Estamos muito atrasados, ao contrário do Estado de São Paulo, que, no meu ponto de vista, tem o melhor modelo nesse sentido. Apesar das crises mais recentes, São Paulo tem um modelo de gestão prisional que me parece muito interessante.

Na área de integração das polícias. A idéia é integrar primeiro o sistema de informações para que esse processo de integração subsidie planejamento operacional. Por quê? Ao contrário do que identificávamos no debate nacional, a integração não pode ser um fim em si mesmo. Ou seja, não pode ser um objetivo de um governo apenas colocar as duas polícias juntas, em diversas dimensões, na academia, na corregedoria, como se isso fosse sua meta básica. A integração só tem sentido se ela reduzir o crime, se ela aumentar a eficiência operacional. Por isso a ênfase no planejamento operacional. E aqui me desculpem se tem algum membro do Pará, mas nos baseamos muito na experiência dele na década de 1990, que foi o Estado que mais avançou na integração, apesar de não reduzir a violência. O Pará não fez, o que me parece fundamental, a integração operacional. Fez integração de academia, de corregedoria, de não sei mais o quê, mas, e lá na ponta? E o major, o capitão e o delegado? Estão trabalhando juntos, estão articulados no diagnóstico do crime? É aí que certamente o fenômeno muda.

É nesse sentido que os projetos vão caminhando, se desenvolvendo. Minas correu atrasado, porque Pernambuco já fazia isso há muito tempo, e só conseguimos fazê-lo em 2004. O processo de integração das polícias em Minas Gerais foi muito atrasado, o nível de corporativismo entre as polícias ainda é muito grande, não se trata de um processo de integração simples, mas muito conflituoso; construímos o centro integrado, que não é novidade nenhuma, diante do fato que queremos dar, o já fortalecido, boletim único, que já está funcionando, já está implantado na Região Metropolitana, e aos poucos vai para o interior. Esse boletim não

é apenas uma instância de registro do crime, tanto da PM como da Civil, mas, principalmente, uma instância de consulta na ponta. O policial na ponta vai poder acessar sistemas de informações da Polícia Militar e Civil, cadastro de veículos, cadastro de criminosos, de procurados do sistema prisional. Trata-se de um sistema de gerência, na verdade. Daí o investimento que estamos fazendo nele. É muito dinheiro que está sendo gasto nesse sistema de consulta.

É a meta mais ambiciosa, criar um sistema interligado Polícia Militar, Civil, sistema prisional, Judiciário e Ministério Público. A idéia não é criar um sistema de informações, porque cada órgão já tem o seu. A Polícia Civil de Minas já tem o SIC, a PM vai ter o CAD, o sistema prisional tem o Copem, o Judiciário já tem o Siscom. O que precisa ser feito? Apenas criar canais de conversa, de interlocução desses sistemas de informação abrindo a possibilidade de um grande armazém de informações pela tecnologia de informática, pelos profissionais dessa área. Ele está sendo feito, em Minas, pelo órgão de informática, Prodeng, que já está criando esse sistema interligado, esse armazém de informações. Na prática, vai significar que, a médio prazo, um computador de um policial da ponta vai poder ter acesso a certas informações do Siscom e do Copem, porque outras ele não pode ter obviamente. Outro nível estratégico, a que chamamos nível de análise, vai ter acesso a todos os sistemas para fazer relatórios, elaborar diagnósticos, e municiar o secretário e a cúpula com informações. Isso demora, no mínimo, mais um ano.

As áreas integradas já são do conhecimento de vocês, foram criadas para Belo Horizonte e Região Metropolitana e está funcionando. Há 24 delas desde 2004. E aí tem o salto que lhes quero explicar. Vamos adiante, vamos ter um mapa da companhia para a delegacia distrital. Mapa por mapa, isso não muda nada, apenas o comportamento do delegado e do comandante da polícia.

A metodologia de gestão é para nós um grande avanço. A idéia é a universidade nos dando o caminho. Quem tem a gestão é a Secretaria, não é a universidade que nos assessora. Cada área dessas tem um delegado. Mensalmente, nos reunimos com eles, identificamos o crime na sua área, definimos metas para o mês se-

guinte, cobramos resultado. E aqui precisamos ser duros, não tem conversa mole, não. Por que aumentou o número de homicídios na sua área? E não me venha com a conversa que não sabe o motivo, porque teve um trovão, porque a pobreza cresceu. Não. Esse tipo de conversa não dá. Você é responsável pela queda em sua área. Polícia empaca crime, sim; não me venha com discurso que não. Empaca crime, sim, e queremos resultados. Mas não se pune, se premia. É assim que funciona.

Quem coordena a reunião é a Secretaria e, lamentavelmente, está me cabendo essa tarefa, na qual sou muito antipatizado por alguns policiais belo-horizontinos, pois, obviamente, temos que ter uma postura tática, de cobrança. Chegamos à conclusão que o comando das polícias, pela sua diversidade, não pode ser coordenada porque ali estão promotor, juiz, representante da prefeitura, que precisam assumir seu compromisso; estão ali a ouvidoria e o pessoal das corregedorias. São reuniões de três horas, no máximo, nas quais três áreas integradas se apresentam. Esse processo está consolidado há oito meses na capital e, no meu ponto de vista, vai muito bem e expande-se para a Região Metropolitana. Posso dizer que hoje, os municípios da Grande Belo Horizonte já estão sob esse tipo de gerência; e são 58 áreas integradas em toda ela. Essas reuniões acontecem praticamente todas as semanas, três vezes por semana. Isso significa que o secretário de Segurança sai muito da lide do dia-a-dia, principalmente cobrando resultados.

Com as corregedorias, nosso processo de integração está mais atrasado. Estamos caminhando, por enquanto, para colocá-las no mesmo espaço físico e fomentando esse órgão que estamos chamando de colegiado, de integração, que é uma experiência em que estou apostando todas as fichas. Trata-se de um órgão muito simples, que combina corregedores e representantes da Assembléia Legislativa, OAB, Ministério Público, com o ouvidor de Polícia e com o secretário, que coordena a reunião. E aí, nesse caso, foi apurado ou não; porque deu esse desfecho e outro. Mais que cobrança, significa valorização das corregedorias. E estou notando que os corregedores começaram a perceber que, à medida que o trabalho deles tem visibilidade e transparência, eles se fazem mais

respeitáveis. Ainda há muitos problemas e uma resistência tenaz, advindos da Corregedoria da Polícia Civil, mas, certamente, a decisão é política e, aos poucos vamos mudando esse processo.

E, finalizando, na área de ensino, nossas prioridades têm sido cursos integrados, principalmente, na área de pós-graduação. Estamos enfatizando muito a capacitação de oficiais e de delegados, não descuidando da base. É claro que o treinamento é integrado e grande parte dos cursos de pós-graduação é realizada em parceria com a UFMG, Fundação João Pinheiro, Universidade do Norte de Minas. O Estado, via Secretaria, faz o contrato com a universidade e banca tudo. O policial não paga nada, nem alimentação; tudo é custeado pela Secretaria. E agora a idéia é dar 15 vagas para o mestrado em Administração Pública, até que surja no Brasil um mestrado em Segurança Pública. É um grande anseio nacional. Enquanto não o temos, compramos 15 vagas em Administração Pública da Fundação João Pinheiro

Quanto aos investimentos, são fundamentais, são básicos. Por isso, não adianta deixar de mencioná-los. O que tem de novo é a terceirização da frota. No início é um custo alto, um dinheiro grande, que o Estado banca para terceirizar. A empresa que ganha, automaticamente, incorpora 530 viaturas da Polícia e assume o compromisso, durante dois anos, de repor qualquer uma delas que se danifique. Trata-se de num investimento inicial de valor grande, mas na nossa avaliação, em custo-benefício, o Estado ganha, principalmente porque a Polícia na Região Metropolitana, quase não tem mais viatura baixada. Não tem mais problema de pneu, pois na hora a empresa vai lá e coloca uma viatura nova. Isso está funcionando muito bem, e a área financeira não está reclamando, sinal que está funcionando. O retorno é bom, já que a PM, por exemplo, foi desobrigada de uma série de mecânicos e de profissionais dessa área que praticamente deixaram de existir nos batalhões. Isso não é tarefa de policiamento.

Falemos, rapidamente, da Polícia Civil que também é um problema em Minas Gerais, apesar do pioneirismo de alguns de seus setores, sendo ainda uma instituição carente de modernização gerencial e de suas estruturas operacionais. O grande desafio hoje

é valorizar o Distrito Policial, valorizar o policial da ponta, que está lá atendendo o cidadão, e cada vez menos dar valor à especializada. E isso significa uma mudança grande na estrutura interna de poder, e de cultura organizacional. Assim, vocês podem ter idéia de como esse é um processo lento, político, difícil, custoso. Vai ter que ser feito, e está sendo feito por decisão política.

No que se refere à prevenção, há quatro projetos pilares. O Fica Vivo é o nosso carro-chefe, e focalizado em favelas. Mapeiam-se as favelas mais violentas e planta-se o núcleo. Já mapeamos 20 delas violentas em homicídios, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e todas já estão com o Fica Vivo. O núcleo do projeto é mobilização comunitária e focalização, que significa, simplesmente, levar atividades esportivas, culturais e artísticas para o jovem de 14 a 24 anos nessas áreas, mas por meio de mobilização, e não apenas o preenchimento do pleito. Deve haver um processo educativo constante. Quem realiza isso? Pessoas recrutadas na própria favela. Eu não ponho, e lá não tem funcionário público nem comunitário. Chega desse negócio de líder religioso da favela. O necessário é mobilização. Tem agente nesse projeto que está ganhando 750/800 reais/mês, para ser monitor de oficina de jovens. Alguns, inclusive, estão sendo acusados de se enriquecerem com o projeto, pois estão ganhando 1.200 reais. Mas isso é fundamental, pois são pessoas da comunidade que já faziam trabalho voluntário e a quem nós dissemos: “Você não vai mais fazer trabalho voluntário, vamos lhe pagar para você dar uma aula de futebol para esses jovens, toda semana. E não queremos só 20 jovens, mas 100 meninos dessa favela, e com um detalhe, você vai cuidar e monitorar os que estão no projeto”. Assim é feito. Identificam os jovens que estão no tráfico e têm uma lide especial com eles. O importante é isso. A oficina é a porta de entrada, porque ali você vai identificar quem é quem e, aos poucos, depois de identificados, entra uma equipe de psicólogos e assistentes sociais, profissionais que vão conversar e lidar com esses jovens. É um processo de convencimento para a retirada deles do tráfico, ou de evitar que eles entrem nele. O educador social, antes chamado de oficineiro, tem como seu trabalho educar o jovem para a moralidade, contra o tráfico. Esse educador,

na verdade, é alguém que vai competir com o líder da gangue do tráfico na favela. É um projeto relativamente barato. Neste ano, ele está consumindo oito milhões de reais.

Esta é a parte fundamental do projeto. Não há como fazer prevenção sem a Polícia estar na comunidade. Em todas as favelas, há esse grupo de 12 policiais, com dois carros, 24 horas por dia, fazendo patrulhamento ostensivo, preventivo, comunitário e repressivo quando tem que ser assim. Não há como separar essas coisas. A lógica é muito simples: a favela tem que ter policiamento ostensivo. Por que não? Por que a favela não pode ter patrulhamento diário? É lógico isso. Por que a Polícia tem que entrar e sair quando bem lhe convier? Não, a Polícia tem que estar presente. Comunitário, sim, mas repressivo também, é óbvio. Ninguém quer ver policial que fica passando a mão em cabeça de traficante.

O núcleo nada mais é que uma casa. Nada que se assemelhe ao projeto Criança Esperança, da Globo, a lógica aqui não é ficar construindo palácios para levar o jovem. As oficinas acontecem perto da igreja ou da escola de samba ou da quadra ou da escola estadual, isto é, no espaço comunitário. Não precisa o poder público construir grandes prédios.

Estamos valorizando muito o emprego de penas alternativas. Da mesma forma que hoje estamos monitorando 400 egressos do sistema prisional do Estado, projeto que temos tratado com muito carinho.

Quanto ao projeto Juventude e Polícia, de conhecimento nacional, é realizado em parceria com o AfroReggae, do Rio de Janeiro; trata-se de um projeto de aproximação do policial militar com a juventude negra de favela. Esses policiais, hoje, estão fazendo atividades de cultura *hip hop* em duas favelas de Belo Horizonte. Eles é que ensinam aos meninos basquete de rua, dança de rua, grafitagem, teatro, percussão. É uma coisa meio nova, não sabemos no que isso vai dar, mas vale a pena experimentar.

Sobre o adolescente infrator, nosso diagnóstico é muito simples. Tinha até falado com o governador para que ele nunca defen-

da a redução da maioridade penal. Minas não é a favor da redução da maioridade penal. Não é! Somos favoráveis obviamente, a reformas se tiverem que ser feitas, mas, ela tem que ser no aumento do nível de punição, de internação do adolescente de três anos para mais, e, enquanto isso, o que fazer? Aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA. O que é isso? Vamos construir unidades de internação. Montes Claros, por exemplo, no que é violento? Assaltos e furtos cometidos por adolescentes. Qual era o problema? Não havia lugar para colocar os meninos. Os índices eram absurdos, pois se prendia e se soltava; se prendia e se soltava. Quando construímos a unidade de Montes Claros, no ano passado, os índices caíram vertiginosamente. Não tem mistério, é aplicar o Estatuto, é fazer o que tem que ser feito. Essas unidades são para 80 adolescentes, no máximo. Não vamos construir nada para além de 80, não vamos repetir o modelo de São Paulo, cuja Febem é um fiasco, um grande erro. Agora, o custo é altíssimo, é de sete milhões de reais. Precisa ter o projeto pedagógico específico, individualizado, mas confesso ser um preço que vale a pena se pagar. Por isso, tem-se que construir, sim. Segurança pública é caro, muito caro. E decisões políticas têm que ser tomadas, se se quer resolver o problema.

Vou finalizar, exatamente utilizando dados, para deixar a convicção de que se temos dinheiro e o gastamos bem, o resultado aparece. Observem que, depois de dez anos, a violência começou a cair. Em 2004, ela estabilizou e, em 2005, caiu 5%, e estamos estimando para 2006 uma queda de 10%. Depois de dez anos! Isso não foi casual, na minha modesta avaliação, se me permitem não ser modesto, mas resultado de política pública, não tenham dúvida.

Vejam, por exemplo, a queda de homicídios em Belo Horizonte. Ela é expressiva e reverte uma tendência. A capital chegou ao cúmulo de ter 1.200 homicídios no ano de 2004. Chegamos a menos de mil em 2005 e, neste ano já estamos com queda em torno de 20%. No meu ponto de vista, isso é resultado desse trabalho. Há, ainda, muito que fazer. Em alguns municípios no interior de Minas, a situação é outra, não é de queda, mas de crescimento.

Priorizamos a Região Metropolitana e os resultados apareceram. Como não podemos investir no interior, os índices continuam em ascensão.

Esta é a modesta contribuição de Minas Gerais. Espero que possamos trocar idéias e conhecimento. Muito obrigado.

PERGUNTAS AO DR. LUIS FERNANDO CORRÊA

REINALDO RAMOS (ANCEF de Pernambuco) – *Qual o critério para a escolha dos multiplicadores nos estados para os cursos de formação, ministrados pela Senasp? Comentário: os multiplicadores passam pelo curso de formação, voltam, aproveitam-se das informações e da formação, e não as tem repercutido e propagado na categoria. Sugere que a escolha seja feita pelas entidades de classe dos agentes que serão treinados e capacitados nesses cursos.*

ADERBAL MEDEIROS (ONG Crescer Mangabeira) – *Quando implantaremos o projeto do agente jovem em Pernambuco?*

LUIS FERNANDO CORRÊA – Quanto ao critério dos multiplicadores, quando se manda o ofício abrindo uma vaga vai junto o perfil do agente a ser capacitado e também se ressalta o papel de multiplicador. Agora, conforme disse o dr. Sapori, é um problema de gestão. Quer dizer, quando se recebe alguém capacitado e a instituição deixa que ele se aproprie dessa capacitação, o problema não está nele. O problema é de gestão, e nisso concordamos. Na medida em que indico alguém, que se capacita dentro do interesse da instituição, e ele é mal utilizado, lógico que não pode haver uma ingerência nesse nível de detalhamento, por parte da Senasp. A nossa preocupação é na expectativa de que se envie aquele que realmente possa fazer essa multiplicação partindo de uma rede de confiança e, para isso, o ponto de contato tem sido a Secretaria de Segurança nos estados, exatamente dentro de uma visão de gestão. Entendo que se trata mais de um problema de gestão interna de cada uma das instituições. Nosso papel é disponibilizar. O que se enfrenta também é alguma retaliação política inadequada, que interrompe algumas capacitações modulares. Chegamos ao terceiro dos quatro módulos, e, por questões meno-

res, sem qualquer custo para o Estado, às vezes, o servidor não é liberado, causando constrangimento e inviabilizando a meta.

Quanto à questão dos jovens, no ambiente de Pernambuco, esse esforço já vem sendo feito na região metropolitana, que, para mim, é um grande fórum não só para ficar restrito ao processo daquele convênio, mas de um processo de expansão. A questão é introduzir a discussão, a capacitação dos jovens em geral, em todos os sentidos, como estamos fazendo no Rio de Janeiro, valorizando a liderança definida dentro da comunidade. Sobre o aspecto da remuneração, citada pelo dr. Sapori, dentro do processo dos guias cívicos, cada jovem ganhará meio salário mínimo, durante quatro meses; a liderança será remunerada para atuar como tutora, acompanhar esse jovem no processo, na freqüência etc., o controle é deles, e no desempenho dentro da comunidade também, porque senão não vamos resgatar esse jovem e não vamos dar uma alternativa de, efetivamente, disputá-lo com a criminalidade. O documentário mostrou que o que eles ganham no tráfico não é um absurdo. Recebendo 150 reais ou meio salário mínimo, dentro de uma política dessas, o jovem enfrenta 300 ou 500 reais do tráfico. Eles querem e realmente pedem uma alternativa, e se se oferecer essa alternativa com valor até menor em termos absolutos em relação ao tráfico, mas com outros horizontes, com certeza estaremos resgatando muitos deles. Isso passa pela gestão e a mobilização social. Seria bom abordar os gestores, os responsáveis pelos esforços estaduais desses processos, e abrir canais, inclusive, para a Senasp ou o governo do Estado, e do município, para desenvolver esse projeto.

MILTON COELHO – *Pernambuco, dos 1.200 homicídios ocorridos, em média, em 2005, apenas 22% foram objeto de denúncia pelo Ministério Público. Isso por falta de prova material, prova científica. Que ações estão sendo tomadas dentro do sistema único de segurança para valorizar a perícia científica?*

LUIS FERNANDO CORREIA – Se há um setor que não pode reclamar do esforço da Senasp realmente é a perícia. Nós começamos pelo laboratório de DNA, estamos expandindo essa cultura, com cursos de balística, toxicologia, e inclusive apoiando

estados que não têm infra-estrutura e estão sendo pressionados pela Justiça, como é o caso de Roraima. O que fizemos? Os casos do dia-a-dia, do varejo, estavam, por decisão judicial, sendo repassados para a Polícia Federal. Nós aproveitamos essa demanda, essa orientação judicial, para que os peritos estaduais fossem até o ambiente do Instituto Nacional de Criminalística e, com base na casuística local, por orientação da Justiça para lá dirigida, fossem preparados a resolver os casos locais, voltando capacitados. Assim, estamos trabalhando muito próximo com os peritos. Por meio do perito Fagundes, que cuida dessa área, tentei interagir com as instituições representativas da perícia no Brasil inteiro. A prova científica é fundamental, mas ela é parte de um conjunto de provas que passa pela capacidade de investigação da Polícia Civil, e no processo de modernização isso está sendo tratado. Os aspectos citados pelo dr. Sapori estão registrados nesse esforço dos policiais de recuperar sua capacidade investigativa. Aqui fala um profissional da Polícia Judiciária da União. Como as policias civis estaduais, a federal tem superado, tem sido engolida e transformada num grande cartório pela demanda. Então, a nossa capacidade de investigação frente à demanda, tem nos empurrado para dentro de um cartório, e aquela investigação técnica, capacidade de investigação da polícia civil tem sido consumida pelo cartório. A atividade cartorária tem consumido o delegado pelo número excessivo de inquéritos, e aí a conseqüência disso é uma baixa qualidade. Então, temos que recuperar, reordenar esse sistema para que retomada sua capacidade de investigação, somada à capacidade da perícia, tenhamos uma prova que permita a conseqüência social dessa produção de prova, que é, na realidade, condenar criminosos. É a cadeia de justiça criminal que temos que olhar. Não ver isoladamente a perícia. Temos que entender o papel da polícia como o ciclo da produção da prova. Ele passa por onde está o gargalo, o que precisa ser feito, porque todos nós estamos a serviço de uma coisa, costumo dizer isso, o conceito de polícia é uma usina de provas. Temos que produzir provas e, às vezes, estamos mais preocupados com a forma e deixando o conteúdo. Então, da portaria ao relatório, temos que ler e encontrar provas e não forma-

lidades cartorárias, carimbos, despachos. Dentro daquele caderno, precisamos ter provas, da primeira até a última página. Acho que esse deve ser o objetivo de qualquer investigador, e não só reclamar; deve sinalizar com soluções dentro da realidade de cada uma das instituições. Para nossa alegria, os policiais civis estão fazendo isso, e os peritos também estão com um trabalho muito bom, nos apoiando no sentido de modernização, dentro da realidade de cada um; somando sempre com essa visão regional, de multiplicadores que atendem à casuística da região, até que cada Estado tenha capacidade plena, pois o investimento é alto. Para se produzir uma boa prova técnica precisa-se ter visão política no Estado de que segurança pública é prioridade.

Participante não identificado – *Será que o que aconteceu com o abandono da segurança pública nos estados, não é o mesmo que aconteceu com saúde e educação? Ou seja, abrir esse mercado para a iniciativa privada, em que as empresas de segurança fornecem verdadeiras milícias e ganham muito dinheiro fornecendo segurança, que deveria ser feita pelo Estado?*

LUIS FERNANDO CORREIA – Na medida em que não havia política pública, e isso eu vivi na prática, lógico que se abriu um grande mercado, o que além da capacidade da iniciativa privada, trouxe uma grande mazela. Boa parte dos servidores de segurança pública ou são titulares dessas empresas ou são laranjas ou prestam serviços para essas empresas, de forma que o Estado passa a ser bico para esses policiais. Questões de toda ordem podem, em tese, explicar, mas não justificam essa mistura da coisa pública, a ponto de haver distorções de policiais vinculados a interesses privados trocar o aparato público a serviço de eventuais contratos da empresa que ele tem. Então, há certa privatização do serviço público. Acho que o maior dano não é a existência da vigilância privada, e, sim, essa confusão que há entre os agentes públicos e essa atividade privada. Acho que essa é a maior mazela desse problema. Lógico que é uma brecha, por falta de política, de valorização e de respostas por parte do Estado, tanto na saúde, no ensino, quanto na segurança pública. Quando há demanda, o cidadão vai buscar sua alternativa. Agora, disso tudo o que mais me preocupa é o aparato público ficar a ser-

viço de um interesse privado, com a participação do agente público nesse processo.

GEORGE NEVES (Associação dos Comissários de Polícia Civil de Pernambuco) – *Por que não aprovar um piso salarial único para todos os policiais do Brasil? Já existe uma PEC 151/9 a respeito que tramita na Câmara Federal.*

LUIS FERNANDO CORREIA – Como representante de classe, o sr. talvez tenha notícia, ou tenha sido chamado, alguma vez, para discussão desse problema, ou alguém da instituição junto à Senad. Esse estudo estava dentro do Plano de Governo em vários cenários, assim como seus impactos na folha, seu impacto no Estado e também na União, com transferência gradativa de um complemento que a União suportaria por determinado tempo, dependendo do perfil do Estado, e tecnicamente, foi concluído e está sob apreciação do ministro, na esfera superior, para o devido encaminhamento. Quer dizer, no âmbito da Secretaria ouvimos os policiais, as associações, tanto de militares quanto de civis. Esse assunto está sendo tratado como o salário mínimo, examinando-se o impacto que ele tem nas prefeituras, e não podemos ser irresponsáveis de citar um valor, sem fazer as avaliações de impacto tanto no orçamento da União, quanto no dos estados. Foram feitos diferentes cenários, e como dependo do OK do ministro, por uma questão até de disciplina interna, esses cenários foram colocados para uma eventual opção e para dar andamento ao processo. Esse tema foi tratado pela Secretaria, e com a participação das entidades.

JOSÉ MARIA (cientista político) – *Estudo feito pelo IPEA, em 2002, constatou que Pernambuco foi colocado como o Estado mais violento do Brasil. Esse programa de gestão tem algum plano especial para um caso como o de Pernambuco onde a criminalidade, mais especificamente os homicídios, se encontra disseminada por todo o Estado?*

Participante não identificado – *Qual o papel das Forças Armadas nesse Programa Único de Segurança Pública, já que elas são a garantia da lei e da ordem interna, conforme está no art. 142 da Constituição? No Haiti é missão de paz, no Rio de Janeiro, repressão?*

LUIS FERNANDO CORREIA – No primeiro ano de gestão, o mapa era examinado por cidade e hoje estamos trabalhando com o conceito regional. Não queremos estigmatizar nenhuma localidade, pois isso não agrega nada. Como disse o dr. Sapori, o foco sempre foi nas capitais, e hoje se percebe que, no interior, o quadro não é diferente. Temos que ter a visão sistêmica nessa abordagem. Recife foi o primeiro consórcio de prevenção à violência a ser assinado. Assumimos dia 12 de dezembro, ele já tinha sido articulado e foi o último ato daquele ano junto com o governador e a representação dos prefeitos da Região Metropolitana de Recife. Foi assinado no dia 23. Olhava-se pela janela, na Esplanada, e tudo vazio, com os motores do avião do governador e do ministro já acionados. Foi o último ato do ano. Foi implementado, teve problemas na largada, hoje ganhou fôlego e está avançando. Por ser um processo, não podemos esperar resultados imediatos com a magnitude desejada. Queremos educar comportamentos para o enfrentamento da questão da violência, tanto por parte dos agentes públicos da sociedade como dos gestores municipais, que é a novidade. Aqui temos representantes da segurança municipal, de vários desses municípios envolvidos, os quais sabem que esse processo está andando, com a participação do Estado. Mas o que cabia fazer era isso, e não podemos partir para uma ação reativa, a fim de atender essa cobrança de visibilidade que a mídia faz, de operações vistosas de repressão como sendo a única solução. Lógico, elas têm o seu papel, devem acontecer, mas em paralelo às medidas de prevenção. Quanto às Forças Armadas, entendemos que a Constituição, no art. 142, é bem clara quanto à garantia da lei e da ordem, conceito diferente de segurança pública, que é previsto no art. 144. A questão do jovem adolescente infrator é questão de segurança pública. No caso dos Jogos Pan-Americanos, o Ministério do Esporte devia, a todo o momento, nessas ações na hora da disputa do orçamento, entender que os públicos são distintos. O público-alvo é distinto do nosso, de prevenção, que é aquele jovem que tem que ser abordado com o foco da prevenção. A mesma coisa é a questão das Forças Armadas. A garantia da lei e da ordem é o último estágio. Temos o art. 144, com uma série de instituições, que vai da

União até o município, que tem que dar resposta à segurança pública. É com ele que trabalhamos. Acabamos, de uma certa forma, organizando o 144, em termos de organização de bombeiro, de polícia militar, o papel das polícias civis, tudo passa ao comando das Forças Armadas. Quer dizer, num evento que demanda o art. 142, o 144 estaria em condições de complementar o papel das Forças Armadas. Já o inverso teria problema. Por exemplo, no Rio de Janeiro, imaginamos um apoio logístico, pois não imaginamos um fuzileiro naval equipado e armado fazendo policiamento num ambiente de Jogos Pan-Americanos, que é de relacionamento, de convivência. A postura, e não pode ser outra, das Forças Armadas é a de contenção, e se fizermos num ambiente de jogos uma opção de contenção, estamos fomentando uma reação, e não é isso que queremos, mas um processo de inclusão. Não podemos exigir isso das Forças Armadas, isso é papel nosso, da segurança pública. Para o país, ficaria muito difícil explicar um militar de Forças Armadas correndo atrás de um pequeno infrator em Copacabana, enquanto que para o policial isso está dentro da rotina do Estado de Direito. Enquanto estivermos no campo da segurança pública, valem as instituições de segurança pública. No caso crítico do art. 142, o papel é bem claro, cabe às Forças Armadas, inclusive com o apoio das instituições do art. 144.

MILTON COELHO – *Como a Senasp tem atuado para combater o tráfico de armas?*

LUIS FERNANDO CORREIA – Primeiro, é necessário afirmar que a Secretaria Nacional não é um órgão operacional, que no Ministério da Justiça são a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Somos uma instituição de articulação de políticas públicas. Lógico que diminuir os índices de criminalidade, conter o crime organizado, o tráfico de armas e drogas são os objetivos de nossa política, mas por meio das instituições, via gestão integrada. Fomentar a integração de gestão, a visão de inteligência, o tratamento de dados colhidos com rigor, disponibilizar acesso aos bancos, esse é o papel da Secretaria. Não temos que criar um banco nacional, como às vezes nos é cobrado. Estamos num sistema federativo, em que as unidades autônomas são gesto-

ras dos seus bancos, que têm que estar disponíveis entre si e a União, e o da União disponível a eles. Implantamos uma infovia, fornecendo-a inclusive a servidores, e permitindo que os bancos se intercomuniquem. Esse é o papel da União, e que esteja disponível para todos os agentes com seus níveis de acesso e com a devida capacidade de controle desses dados, para evitar o delito. Mas esse é o papel da Secretaria.

Às vezes, cobram porque não existe mais policiamento na fronteira, e quando pedem isso simplificam à presença humana na defesa da fronteira. Lógico que precisamos ter presença lá, mas se colocarmos um homem a cada metro, de mãos dadas em toda a nossa fronteira, a droga e a arma vão passar. Por quê? O crime é organizado, ele vai dissimular e ainda vai passar com a chancela do Estado, se criarmos barreiras burocráticas. Isso só a inteligência resolve. A presença física tem que estar articulada, pois às vezes esta acaba por chancelar o tráfico. Por exemplo, os insumos para o refino da cocaína. O Brasil é produtor, tem uma lei que controla desde o transporte, trajeto, movimentação e comprador. Tudo depende de autorização. Se sair do trajeto aquela carga é passível de ser apreendida. Agora, alguém lá na fronteira vai saber que dentro de um tonel declarado está passando algo ilícito, e que ele está diluído? Não adianta, ele vai receber o carimbo e a chancela. Só o que vai dizer se realmente há algo dissimulado é o trabalho de inteligência, que está investigando a organização criminosa e presta esse serviço.

Então, o que cabe à Secretaria é, por meio de políticas, despertar essa visão, capacitar, aproximar as instâncias estadual, municipal e federal, para a questão do tráfico de armas e drogas.

PERGUNTAS AO DR. LUIS CLÁUDIO SAPORI

MILTON COELHO – *Como é que Minas tem atuado para enfrentar o problema do tráfico de armas e qual é o papel do Poder Judiciário no sistema de segurança pública, pois a impunidade é um fator da criminalidade.*

LUIS CLÁUDIO SAPORI – Em relação ao tráfico de armas, temos muito pouco a fazer, considerando o caráter internacional do

fenômeno. Mas, do ponto de vista das fronteiras estaduais, duas estratégias estão em curso. A primeira delas é um grande investimento nos municípios de fronteira. Cento e quarenta e oito municípios foram identificados e estão recebendo um investimento grande de 45 milhões de reais, para adquirir equipamentos para o policiamento ostensivo, para aumentar a capacidade de vigilância da Polícia Militar nesses municípios, principalmente, em estradas vicinais. Obviamente, dentro das limitações que sabemos ter pelo nível de pulverização das fronteiras, o que se pode fazer é atuar topicamente. O governo estadual pode, no mínimo, aumentar seu poder de vigilância dos municípios de fronteira. Por isso, o carro tem que ser específico, pois ele vai andar em estrada de terra, fazer operações específicas da Polícia Militar etc. Mas é um caminho. O outro é o trabalho de inteligência. Nós criamos, há dois anos, um grupo integrado, que envolve Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e Ministério Público; basicamente profissionais das áreas de inteligência; não se trata de um grupo tático, mas na verdade de um grupo de profissionais que tenta monitorar os principais fenômenos (armas, drogas, cargas). É um grupo que ainda não está produzindo os resultados esperados, precisando talvez de um investimento maior, mas é esse o caminho, por meio de uma unidade de elite, com o apoio da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Ministério Público. Hoje, ela conta com 73 membros fixos, exclusivamente dedicados a essa tarefa. Talvez estejamos precisando fazer algo um pouco mais diversificado. Mas é um caminho, não vejo outro; não tem como delegar essa tarefa à Polícia Civil ou à Polícia Militar.

Quanto à pergunta sobre o Judiciário, concordo plenamente com a intuição da pergunta. O Judiciário é fundamental, mas qual a estratégia adotada? Evitamos trazer o Tribunal de Justiça de Minas para uma instância macro de discussão sobre segurança pública, ou mesmo o Ministério Público, por uma razão muito simples, tanto juízes como promotores têm autonomia funcional e um arbítrio decisório enorme. Então, nada que se combine entre secretário e Tribunal de Justiça ou procurador geral de Justiça será cumprido na prática. Raramente. Qual a estratégia? Tem-se que trazer o profissional da ponta, o juiz da comarca e o promo-

tor. Como? Pela inteligência. É essa a estratégia. Tanto que são chamados a participar, e, obviamente, uns vão e outros não, e não adianta insistir. Nesses casos, pode-se acionar o corregedor de Justiça, e o do Ministério Público. Aí você pede o apoio político do órgão e eles dizem publicamente apoiar o projeto. O profissional da ponta vê-se, minimamente, obrigado a participar das reuniões. É a estratégia que estamos adotando. Por isso, não existe uma coordenação decisória em nível macro, mas, sim, em nível de ponta. Dessa forma, o Enger vai ser expandido para os dez maiores municípios de Minas Gerais. Vamos levar o processo para todo grande município em que o problema da violência esteja crônico. Não vejo outra maneira institucional de garantir isso. Acredito não haver lei, nem órgão, nem gabinete ou conselho que consiga resolver esse problema, dadas as características do Ministério Público ou do Judiciário.

MILTON COELHO – Quero registrar que essa pergunta a respeito do papel do Judiciário foi feita pelo advogado Tadeu Lira, um dos companheiros aqui do partido. Teremos, em seguida, três perguntas:

Primeiro, como resolver o problema da ressocialização do preso? Como fazer com que o preso produza, na condição de prisioneiro? E, terceiro, em Minas, qual a relação de efetivo de policiais para cada mil habitantes?

LUIS CLÁUDIO SAPORI – Com relação à ressocialização, a pergunta já contém a resposta, e eu concordo: é por meio do trabalho. Não vejo alternativa melhor para o sistema público prisional. É um sistema que nós administramos enquanto Estado. E aí significa dotar unidades penitenciárias de condições para tal, não estou nem pensando nas cadeias públicas, porque raramente suas estruturas físicas comportam projetos mais audaciosos. É mais adequado para os presos não-provisórios, porque não tem sentido pensar uma política de ressocialização para o preso provisório, porque stricto sensu vai ficar um tempo apenas. Para as penitenciárias é preciso construir unidades de oficinas etc. etc. Minas Gerais tem sido muito incompetente para fazer isso. Avançamos muito na segurança, os motins e rebeliões diminuíram,

mas avançamos muito pouco, nos últimos três anos, nesses projetos de ressocialização, principalmente nessas unidades mais produtivas. É preciso fazer com que esse trabalho gere recursos para o preso, de forma a diminuir o custo da unidade. Qual a estratégia que estamos adotando, como alternativa? Parcerias com empresários, algo que no Brasil tem sido muito feito, não é nenhuma novidade, não vamos fugir desse modelo, nem reinventar a roda, vamos repetir experiências de sucesso. E, segundo, vamos caminhar para parcerias público-privada. Vamos fazer um grande projeto de construção de penitenciárias, e na região metropolitana serão sete, totalizando 3.500 vagas; por meio da legislação das PPPs. Os empresários vão construir e administrar essas prisões, e o Estado obviamente vai remunerá-los mensalmente, diante de uma porcentagem definida. Tal modelo significa investimento maciço em ressocialização, trabalho, produção etc. Estamos com uma consultoria de uma grande empresa de São Paulo, para elaboração do edital, e espero que até o mês de junho ou julho ele já esteja na praça. É um modelo alternativo, mas ao mesmo tempo estamos elegendo um modelo comunitário, que chamamos de APART (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado). É uma entidade não-governamental que surgiu em São Paulo e depois migrou para Minas. Ela é local, funciona no âmbito do município, geralmente a partir das pastorais carcerárias; a Igreja é muito importante nesse trabalho. Seus adeptos levam a metodologia cristã de reinserção, obviamente via religião, mas, principalmente, por meio de todo o trabalho. Funciona bem para unidades de 80 a 100 presos, no máximo. Por isso que é uma boa experiência em âmbito municipal. Como é que estamos fazendo? Estamos pagando, a cada município que se dispõe a montar uma Apart, 500 mil reais, e com esse dinheiro eles podem construir ou, pelo menos, adaptar algum prédio, e o Estado paga um per capita, de 350 a 400 reais/mês, para cada preso. O Estado não administra, mas faz um convênio a respeito. Está funcionando muito bem. Minas tem hoje 25 Aparts, com a perspectiva de chegar a 50 até dezembro, o que significará pelo menos quatro mil presos do Estado sob esse modelo. A idéia não é escolher, temos

que ter modelos comunitários, públicos e privados. Acho que, nessa área, ninguém pode dizer que tem a verdade, qual a melhor maneira de ressocializar o preso. Acho que o poder público tem que optar por todos eles.

MILTON COELHO – *Caminhando, então, para o final dos trabalhos dessa manhã, o Reinaldo Ramos (presidente da Ancef de Pernambuco) fez uma série de três perguntas, mas acho que a última consegue resumir a idéia das demais: qual a valorização do homem de segurança pública e sua família na experiência de Minas Gerais?*

LUIS CLÁUDIO SAPORI – Primeiro problema é o baixo salário. Enfrentamos uma greve muito complicada em 2004. A partir dela, uma série de acordos foram elaborados e o salário inicial, hoje, de um policial civil em Minas está em 1.350 reais, tanto para o detetive quanto para o soldado. Todos têm promoção por tempo de serviço, o praça PM, por exemplo, se tiver dez anos sem promoção, ele automaticamente é promovido, pela legislação aprovada. O policial civil também, com 15, 20 anos, sem nada mudar da letrinha dele, pela lei aprovada a cada dez anos também ganha promoção automática, para uma ascensão horizontal, que pode ser vertical dependendo da posição em que estiver. Isso tem implicado em melhorias salariais, obviamente. Não é o ideal, mas entendemos que esse patamar de 1.350 reais/mês, se não é um dos melhores do Brasil já está entre os cinco melhores. Pode melhorar? Pode, na medida em que tivermos uma política salarial para todo o Estado. E, principalmente, investindo em viaturas, coletes, armas, carros e prédio para trabalhar. Isso dá dignidade para eles. Essa tem sido uma preocupação muito grande nossa, e minha em particular. Fico muito frustrado ao visitar uma delegacia que está caindo aos pedaços. Talvez seja a pior situação que um policial enfrenta no seu trabalho. Então, é obrigatório investir em novas unidades, em equipamentos. Muito dinheiro está sendo gasto na valorização pessoal. Quanto à moradia. Acabou de ser aprovado um programa específico para policiais militares, civis e agentes penitenciários. Eles estão tendo acesso a uma carta de crédito em torno de 40 mil reais podendo chegar a 60

mil reais, a partir da empresa de habitação do Estado, a Cohab. Então, se quiserem construir, podem pegar a carta de crédito e comprar qualquer imóvel a prestações, com juros de menos de 6% ao ano. É um programa habitacional grande. Para aqueles que estão em situação caótica, o Estado adquiriu 200 moradias. Se aparece um policial ameaçado na favela, ele é imediatamente inserido numa dessas moradias. Investe-se muito em capacitação na Polícia Militar, principalmente, e na Polícia Civil menos. Nos modelos integrados, a Secretaria faz com que cada polícia tenha seu programa, mas, principalmente, treinamento integrado. A elite das polícias valoriza muito pós-graduação e mestrado, queremos dar salto qualitativo mais audacioso.

MESA II

TEMA: DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA DIFERENÇAS DE ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA

DRA. RONIDALVA DE ANDRADE MELO
Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco/PE

TEMA: OS PROFISSIONAIS NÃO SE IMPROVISAM – A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL COMO FERRAMENTA ESSENCIAL DE UM POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

CEL. UBIRATAN DE OLIVEIRA ÂNGELO
Diretor de Ensino e Instrução da PMRJ/RJ

COORDENADOR: Cel. Humberto Vianna

CORONEL HUMBERTO VIANA – Boa-tarde a todos. Vamos tentar dar uma dinâmica aos trabalhos da tarde no sentido de oferecer uma maior participação a todos para que possamos aproveitar melhor o que nos trazem aqui as figuras da dra. Ronidalva e do coronel Ubiratan Ângelo. O tema inicial diz respeito à "Defesa Social e Segurança Pública". Diferenças de Abordagem da Violência. Esse tema vem sendo estudado e desenvolvido pela professora Ronidalva, com quem tive o privilégio de aprender na Fundação Joaquim Nabuco, e que muito tem contribuído com o desenvolvimento do que se pode entender por gestão. O nosso seminário buscou, como tema central, a gestão integrada de políticas de segurança pública. Muito se fala nisso no país, mas na prática pouco se executa a gestão integrada, até porque também não é muito fácil. Temos deficiências de perfis. As palestras da parte da manhã, de alguma forma, nos conduziram a entender a necessidade de perfil adequado, por meio dos mecanismos que as instituições possuem, além da capacitação.

O nosso outro palestrante, coronel Ubiratan Oliveira, diretor de Ensino e Instrução da Polícia Militar do Rio de Janeiro,

abordará o tema Profissionais não se Improvisam – Capacitação Profissional como Ferramenta Essencial de uma Política de Segurança Pública.

A idéia central do seminário é que possamos buscar as experiências bem sucedidas que existem no país, de forma a seguramente, no processo de discussão retirar eixos que formulem uma política de segurança clara, exeqüível, sem pirotecnia, ou seja, com a realidade, e, sobretudo, legitimada pela participação das pessoas que aqui estão. Entendemos ser fundamental essa participação para que possamos ter a garantia de que adotaremos eixos oriundos de uma discussão coletiva que envolveu quase todos os segmentos da sociedade civil organizada, dos órgãos oficiais de segurança e das ONGs que aqui nos prestigiam, várias pessoas que eu tenho uma relação muito próxima e que podem contribuir.

Sem nos alongar passemos a palavra para à professora Ronidalva, que fará a primeira exposição.

RONIDALVA DE ANDRADE MELO – Boa-tarde a todos e a todas, mais todas do que todos. Quero agradecer a oportunidade que me foi dada, de estar aqui presente falando de um assunto que me é particularmente caro, principalmente porque essas oportunidades, que estão ficando cada vez mais raras em Recife, me são muito gratas, pela chance que tenho de encontrar alunos e pessoas que conviveram comigo de uma forma tão próxima e agradável, que com a vida cotidiana vão se afastando e a gente não vai mais se vendo. Portanto, um abraço bem apertado em todos os ex-alunos que estão aqui e que sei que são muitos.

O convite me foi feito para que eu falasse sobre defesa social. Isso porque, há 13 anos, a Fundação Joaquim Nabuco fez um convênio com a Polícia Militar de Pernambuco para ministrar o Curso Superior de Polícia e o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar de Pernambuco, tendo esses cursos vagas disponíveis para oficiais de todo o Brasil. Essa iniciativa, que começou exatamente em 1990 mudou, acredito eu, algumas coisas fundamentais, da maneira como nós, que trabalhávamos